

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Museologia

MARINO JOSÉ FERREIRA ALVES

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS:

análise dos planos museológicos dos museus do Instituto Brasileiro de Museus

BRASÍLIA

2023

MARINO JOSÉ FERREIRA ALVES

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS:

análise dos planos museológicos dos museus do Instituto Brasileiro de Museus

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

BRASÍLIA

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AA474p Alves, Marino
 Programas socioambientais: análise dos planos
 museológicos dos museus do Instituto Brasileiro de Museus /
 Marino Alves; orientador Ana Gomes. -- Brasília, 2023.
 80 p.

 Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de
 Brasília, 2023.

 1. programas socioambientais. 2. plano museológico. 3.
 sustentabilidade. 4. Ibram. 5. desenvolvimento sustentável.
 I. Gomes, Ana, orient. II. Título.

ANEXO III - FOLHA DE APROVAÇÃO**MARINO JOSÉ FERREIRA ALVES****PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS:**

Análise dos planos museológicos dos museus do Instituto Brasileiro de Museus

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Aprovado por:

Ana Lucia de Abreu Gomes**Andréa Fernandes Considera****Manuel Cardoso Furtado Mendes**Professora da Universidade de
BrasíliaProfessora da Universidade de
BrasíliaProfessor da Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias - ULHTDoutora em História Cultural -
UnB

Doutora em História - UnB

Doutor em Museologia - ULHT



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 13/02/2023, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Fernandes Considera, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 15/02/2023, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Manuel Cardoso Furtado Mendes, Usuário Externo**, em 24/02/2023, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9332862** e o código CRC **7D6E620F**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus pais, Neusa e Messias, que proporcionaram, às custas de muito trabalho, a mim e às minhas irmãs uma educação de qualidade.

Ao meu companheiro, Pedro Caroca, o meu maior incentivador na vida nos últimos 11 anos. Sem seu amor, carinho, otimismo, companheirismo e apoio não teria conquistado e vivido muito do que vivi nesses anos.

Aos colegas e amigos que fiz por causa do curso, em especial à querida Janete Ortolani.

Aos meus professores, em especial à professora Ana Abreu, que aceitou ser me orientar nessa pesquisa. Seu cuidado, atenção, competência e sensibilidade foram fundamentais para que eu conseguisse desenvolver e concluir esse trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar os programas Socioambientais dos planos museológicos mais recentes dos museus vinculados ao Ibram. Já os objetivos específicos são: (1) contextualizar os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, relacionando-os ao campo da Museologia; (2) discorrer acerca do desenvolvimento do conceito de planejamento e gestão no campo dos museus, destacando a experiência brasileira; e (3) organizar e cruzar informações presentes nos programas Socioambientais dos planos museológicos obtidos. A abordagem metodológica adotada para este trabalho foi do tipo mista, quantificando e qualificando dados. Os resultados mostram que 22 museus federais (81,48% do total) atendem a legislação e apresentam programas Socioambientais em seus planos museológicos. Destes, 18 discriminaram as ações e/ou projetos em andamento, e 21 apresentam projetos para o período de vigência do plano museológico. A grande área que concentra a maior parte das ações socioambientais desenvolvidas atualmente pelos museus federais é *Consumo de recursos naturais*, ao passo que a grande área *Outros* foi a que concentrou mais ações socioambientais previstas para o período de vigência do plano museológico. Concluiu-se que os museus federais precisam ser fortalecidos para que possam ser mais ativos na implementação de programas Socioambientais, e assim contribuir ativamente para enfrentar a crise climática e lutar pela preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; plano museológico; programas socioambientais; Ibram.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the socioenvironmental programs of the most recent museological plans of the museums linked to Ibram. The specific objectives are: (1) contextualize the concepts of sustainability and sustainable development, relating them to the field of Museology; (2) discuss the development of the concept of planning and management in the field of museums, highlighting the Brazilian experience; and (3) organize and cross-check information present in the socioenvironmental programs of the museum plans obtained. The methodological approach adopted for this work was of the mixed type, quantifying and qualifying data. The results show that 22 federal museums (81.48% of the total) comply with the legislation and present socio-environmental programs or their museological plans. Of these, 18 detailed actions and/or projects in progress, and 21 present projects for the duration of the museological plan. The large area that concentrates most of the socio-environmental actions currently carried out by federal museums is *Consumption of natural resources*, while the large area *Others* was the one that concentrated the most socio-environmental actions planned for the duration of the museological plan. It was concluded that federal museums need to be strengthened so that they can be more active in the implementation of socioenvironmental programs, and thus actively contribute to facing the climate crisis and fighting for the preservation of the environment.

Keywords: sustainability; sustainable development; socioenvironmental programs; museological plans; Ibram.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Existência do programa Socioambiental no conteúdo do plano museológico	49
Gráfico 2 - Museus que informaram ações e/ou projetos em andamento	50
Gráfico 3 - Ações e/ou projetos Socioambientais realizados no momento da elaboração do plano museológico, distribuídos por grandes áreas.....	53
Gráfico 4 - Ações e/ou projetos Socioambientais planejados para serem executados ao longo do período de vigência do plano museológico, distribuídos por grandes áreas	56
Gráfico 5 - Existência de sistema de avaliação em projetos dos programas Socioambientais	57
Gráfico 6 - Os projetos que estão discriminados no plano museológico em vigência estão sendo executados?	58
Gráfico 7 - O museu está executando algum projeto que não esteja discriminado no plano museológico em vigência?	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	22
Quadro 2 – O plano museológico na programação dos Fóruns Nacionais de Museus	37
Quadro 3 - Museus vinculados ao Ibram.....	41
Quadro 4 - Planos museológicos obtidos.....	42
Quadro 5 - Perguntas orientadoras.....	43
Quadro 6 - Grandes áreas.....	44
Quadro 7 - Perguntas que compuseram o questionário.....	45
Quadro 8 - Missão do Museu das Bandeiras e do Museu Casa Benjamin Constant	46
Quadro 9 - Museus que mencionam a dimensão ambiental da sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável em outros tópicos do planejamento conceitual.....	47
Quadro 10 - Ações e/ou projetos executados no período da elaboração dos planos museológicos.	50
Quadro 11 - Ações e/ou projetos Socioambientais planejados para serem ao longo do período de vigência do plano museológico	53
Quadro 12 - Dificuldades informadas para a implantação e/ou implementação do programa Socioambiental.....	56
Quadro 13 - Projetos executados atualmente não previstos no plano museológico vigente.....	59
Quadro 14 - Respostas referentes à A3P	60
Quadro 15 - Respostas referentes a exposições com temáticas relacionadas à dimensão ambiental da sustentabilidade	61
Quadro 16 - O museu, na execução de suas funções típicas, como pesquisa, comunicação e conservação, tem adotado práticas que possam ser consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental?.....	61
Quadro 17 - Ações informadas pelos museus.....	62
Quadro 18 - Informações adicionais fornecidas pelos museus	63

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

APA - Área de Preservação Ambiental

A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública

CGU - Controladoria Geral da União

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas

Conama - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CoP – Conferência das Partes

Demu - Departamento de Museus e Centros Culturais

Enap - Escola Nacional da Administração Pública

Ibram – Instituto Brasileiro de Museus

Icom – International Council of Museums

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

ITCC – Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso

LAI – Lei de Acesso à Informação

ONU – Organização das Nações Unidas

PNM – Política Nacional de Museus

Pnuma - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SBM – Sistema Brasileiro de Museus

Sema – Secretaria Especial de Meio Ambiente

UnB – Universidade de Brasília

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WGS – Working Group on Sustainability

WMO - Organização Meteorológica Mundial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. SUSTENTABILIDADE.....	16
2.1 A sustentabilidade nos encontros internacionais	17
2.3 Desdobramentos na legislação brasileira.	26
3. PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MUSEUS	30
3.1 As iniciativas europeias	31
3.2 Eventos marcantes na América Latina e a(s) experiência(s) brasileira.	34
4. ETAPAS DE TRABALHO E METODOLOGIA	41
5. RESULTADOS	46
6. DISCUSSÃO	64
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

1. INTRODUÇÃO

O Decreto nº 8.124 foi publicado em 17 de outubro de 2013 com o objetivo de regulamentar a Lei Federal nº 11.904, que instituiu o Estatuto dos Museus. No Capítulo que trata sobre o plano museológico, o Decreto traz uma novidade em relação ao texto da Lei: introduz a obrigatoriedade de os planos museológicos conterem programas Socioambientais, os quais, segundo a norma, devem abranger:

um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental. (BRASIL, 2013)

Esta situação chamou minha atenção enquanto cursava a disciplina de Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso (ITCC), mas até chegar nesse ponto, foi uma longa caminhada. No início do semestre acadêmico, tinha várias ideias em mente sobre o que gostaria de pesquisar e escrever, já que me interesse por muitas subáreas da Museologia e de outros campos que são transversais ao campo museal e patrimonial, como a História, mas esse universo de possibilidades não me permitia focar em um assunto específico. No mês de fevereiro de 2022 assisti a uma parte do debate *Museus: atores confiáveis do desenvolvimento sustentável?*¹ (tradução nossa) organizado pelo comitê nacional francês do Conselho Internacional de Museus (Icom) e transmitido pela Internet e que deu origem a uma publicação de mesmo título.

Ainda que não tenha assistido o evento na íntegra, foi suficiente para me fazer indagar sobre a importante questão da devastação ambiental e as mudanças climáticas, e como os museus, importantes espaços de discussão e que tem o poder de incitar reflexões na sociedade, podem contribuir ativamente nessa discussão. Meu interesse sobre o assunto já é antigo, em parte devido à minha primeira graduação (Ciências Biológicas), quando ecologia era um dos tópicos que mais me atraíam; entretanto, nunca tinha ponderado acerca da relação entre crise climática e Museologia. Ao pesquisar no site do Icom, descobri que esse tema já está na agenda da instituição, sendo discutido de uma maneira bem estruturada com a criação do Grupo de Trabalho em Sustentabilidade² (WGS) e com a perspectiva de

¹ No original: Les musées: acteurs crédibles du développement durable?

² No original: Working Group on Sustainability

criação futura de um subcomitê internacional. O meu entusiasmo diante dessas descobertas não deixou dúvidas: tinha encontrado um tema de pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

De volta às atividades da disciplina de Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso (ITCC), foi necessário adaptar o tema a um projeto de pesquisa para um trabalho de conclusão de curso de graduação. Eu estava certo de que queria discorrer sobre questões ambientais, crise climática e Museologia, mas essa tríade de temas chave me levava a refletir sobre questões mais amplas, como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, práticas museográficas, uso de recursos energéticos renováveis, entre outras. As minhas maiores dúvidas eram: as ações próprias da cadeia operatória da museologia nos museus dialogam com as questões relacionadas à sustentabilidade e desenvolvimento sustentável? Práticas sustentáveis estão sendo incorporadas às atividades típicas de museus? As missões dos museus dizem algo relacionado a esse tema? Essas perguntas, ainda que não academicamente formuladas, me perseguiram. Ao realizar pesquisas para delimitar melhor o tema e encontrar uma pergunta de pesquisa que contemplasse minhas inquietações, recorri ao marco legal das instituições museais no Brasil – o Estatuto dos Museus – para verificar se a legislação dizia algo a respeito. Nada. Entretanto, ao ler o Decreto regulamentador – em epígrafe – percebi que foram incluídos os programas socioambientais no rol de conteúdo obrigatório para os planos museológicos, o instrumento de planejamento de longo prazo dos museus brasileiros. Já o tinha estudado no âmbito da disciplina Gestão de Museus e Políticas de Acervos Museológicos, mas naquela ocasião a problemática em torno do programa socioambiental ainda não tinha me atingido. O universo amostral escolhido foi os museus vinculados ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) por duas razões: é a instituição reguladora da política museal no país e; possui uma norma que regulamenta a elaboração dos planos museológicos dos 27 museus a ele vinculados.

Assim nasceu esse trabalho de pesquisa, que tem por objetivo principal analisar os programas Socioambientais dos planos museológicos mais recentes dos museus vinculados ao Ibram. Já os objetivos específicos são: (1) contextualizar os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, relacionando-os ao campo da Museologia; (2) discorrer acerca do desenvolvimento das práticas de

planejamento e gestão aplicados ao campo dos museus, destacando a experiência brasileira; e (3) organizar e cruzar informações presentes nos programas Socioambientais dos planos museológicos obtidos. É necessário destacar que, embora a definição trazida no Decreto nº 8.124/2013 estabeleça que os programas Socioambientais sejam “um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais” (BRASIL, 2013), a pesquisa aqui documentada restringiu-se à identificação e análise das informações que tivessem interface com o aspecto ambiental destes programas.

Os objetivos específicos foram desdobrados em tópicos que compõem o conteúdo desse trabalho. No segundo, discorro sobre a evolução da discussão, em âmbito global, das noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, como esse debate foi incorporado pelo campo museal e patrimonial e os desdobramentos para o Brasil, sobretudo no tocante à legislação brasileira. Partindo da premissa de que o planejar é imprescindível para que os museus consigam atingir seus objetivos, o terceiro tópico pretende contextualizar como o planejamento foi sendo integrado ao fazer museal, e como as políticas brasileiras para o setor discorreram sobre essa atividade, culminando na definição do plano museológico como principal instrumento de planejamento para os museus brasileiros. O quarto tópico é destinado ao detalhamento da metodologia utilizada para a execução da pesquisa, cujos resultados estão detalhados no tópico seguinte. Reflexões e discussões a partir das informações colhidas estão organizadas no sexto capítulo. O sétimo tópico traz considerações finais e sugestões de ações que podem fortalecer os programas Socioambientais em museus vinculados ao Ibram. O oitavo e último tópico enumera a bibliografia na qual essa pesquisa está respaldada.

É importante destacar que esse trabalho não pretende se aprofundar ou explicar o que é sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, conceitos bastante amplos, transversais a diversas áreas e que, por isso, não possuem uma definição consensuada, mas entende-se que seja necessário trazer para o leitor um panorama de como esses temas se tornaram itens presentes na agenda global, com recorte para a área museal. Da mesma forma, a pesquisa não se destina a categorizar os planos museológicos como *bons* ou *maus*, nem os museus que os produziram como *mais* ou *menos* corretos, mas sim proporcionar uma visão ampla sobre como os programas Socioambientais vem sendo planejados e executados pelos museus

vinculados ao Ibram, colaborando para a identificação de gargalos e apontamento para soluções.

Para executar esse trabalho de pesquisa foi necessário percorrer várias etapas. A primeira, iniciada ainda enquanto cursava a disciplina de ITCC, foi realizar um levantamento bibliográfico para buscar os trabalhos que discorressem sobre a tríade de temas que guiou a elaboração dessa pesquisa e citada previamente - questões ambientais, crise climática e Museologia. Conforme a pesquisa foi tomando o formato final, o rol de temas que foram alvo de busca foi se alargando, passando a incluir os marcos legais de planejamento e gestão de museus no Brasil. Ressalta-se que a leitura e busca por referências bibliográficas perdurou por todo o período de orientação, concepção e escrita do texto. A segunda etapa foi buscar os planos museológicos dos museus vinculados ao Ibram, o que demandou a adoção de diferentes estratégias: busca nos sites dos museus, pesquisas livres na Internet, envio de e-mails e mensagens pelas redes sociais, e até solicitação por meio da Lei de Acesso à Informação - LAI³. Na etapa seguinte foi elaborada perguntas orientadoras para direcionar a análise dos planos museológicos. Em seguida, realizou-se leitura dirigida e extração de informações dos planos museológicos. A quinta etapa consistiu em estabelecer grandes áreas de ações socioambientais, uma necessidade detectada para permitir o agrupamento de informações informadas pelos museus em seus programas Socioambientais. Por fim, elaborou-se um questionário para ser enviado aos museus federais com perguntas que surgiram conforme os estágios anteriores eram executados, bem como na medida em que este texto estava sendo escrito e discutido nas reuniões de orientação semanais.

³ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, na qual todos os órgãos integrantes da Administração Pública Federal devem fornecer ou disponibilizar meios para viabilizar o acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 2011)

2. SUSTENTABILIDADE

A nova definição de museu apresentada e aprovada na 26ª Conferência Geral do Icom, realizada em agosto de 2022 em Praga, República Tcheca, traz algumas importantes inovações quando comparada à definição até então vigente, em vigor desde os anos de 1970 e com pequenas modificações desde então. Liderado pelo Comitê permanente para a definição de museu (Icom Define), o processo de construção da proposta da nova definição foi realizado ao longo de 18 meses e teve a participação de 120 - de um total de 157 - Comitês e Alianças Regionais do Icom, ou seja, uma participação de 76,4% (SEYMOUR, 2022; ICOM APROVA..., 2022). Em que pese as dificuldades de congregar em um pequeno texto as percepções e anseios de diferentes comunidades para uma instituição presente no mundo todo, o resultado foi um texto que representa o que a maior parte da comunidade museal internacional entende por museu e o que se espera, na contemporaneidade, desses espaços que abrigam e expõem o patrimônio:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a **sustentabilidade**. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética, e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos. (ICOM, 2023, grifo nosso)

Uma das novidades da nova definição de museus é a inclusão da palavra *sustentabilidade*. Assim, a partir de agora, para atender ao que o Icom entende como museu⁴, as instituições que assim se autodefinem precisarão, dentre outras obrigações, conceber e executar ações que promovam a sustentabilidade.

A palavra sustentabilidade vem do latim *sustenare*, que significa sustentar, defender, favorecer, apoiar, conservar, cuidar. Segundo o dicionário Michaelis, é a “qualidade, característica ou condição de sustentável” (SUSTENTABILIDADE, 2015). Sustentável, por sua vez, é o “que se pode sustentar” (SUSTENTÁVEL, 2015). A etimologia da palavra e suas definições indicam uma noção do desafio que é compreender e adotar o conceito de sustentabilidade na prática, pois apontam para sua transversalidade e diversidade de possibilidades para sua aplicação,

⁴ A definição de museu adotada pelo Icom não tem força de lei, nem é de adoção compulsória pelos museus.

levando a diferentes interpretações e empregos, fenômeno este comumente chamado pela literatura de *dimensões da sustentabilidade*. Adiciona-se a esse quadro complexo o fato de que vários autores, de distintas áreas do conhecimento, discorrem sobre o tema, o que amplia a dificuldade de se compreender de uma forma clara, direta e intuitiva seu significado⁵.

Embora tenha sido incluída somente agora na definição oficial do Icom, e ainda que pese a opção por não restringir a que entendimento de sustentabilidade se refere, a busca pela sustentabilidade⁶ não é uma preocupação nova para os museus nem para as instituições que fomentam estudos e discussões no campo museal e patrimonial. Todavia, antes de aprofundar a discussão, é necessário primeiro discorrer sobre o sentido e as diversas aplicações da palavra sustentabilidade, e os caminhos que foram percorridos até que esse conceito tenha ganhado o protagonismo e relevância atuais.

2.1 A sustentabilidade nos encontros internacionais

Na segunda metade do século XX a humanidade passou, gradativamente, a questionar os impactos das atividades antrópicas sobre o meio ambiente e, por consequência, sobre os seres humanos. A ocorrência de chuvas com resíduos radioativos em território sueco, a milhares de quilômetros de distância de locais de testes nucleares, e a publicação de resultados de pesquisas que mostravam os efeitos adversos sobre a saúde humana do uso indiscriminado de pesticidas e inseticidas na agricultura (NASCIMENTO, 2012) foram algumas das razões que levantaram essa preocupação e colocaram o tema no debate público.

Em 1972, a pedido da Suécia, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência de Estocolmo, considerada o primeiro evento internacional para discussão da degradação do meio ambiente e seus impactos sobre o planeta⁷.

⁵ Para este trabalho, adotamos o conceito de sustentabilidade das instituições e processos museais, presente na publicação *Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade das Instituições e Processos Museais Ibero-americanos: capacidade das Instituições e Processos Museais Ibero-americanos*, em seus empreendimentos, de promoverem continuamente o desenvolvimento local no cumprimento dos seus objetivos, compreendendo as dimensões social, cultural, econômica e ambiental (IBERMUSEUS, 2019, p.126).

⁶ Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, a partir deste ponto, ao utilizar a palavra *sustentabilidade*, entende-se aludir à dimensão ambiental da sustentabilidade.

⁷ No início do século XX foram realizados encontros com o objetivo de discutir temáticas relacionadas à preservação do meio ambiente. Em 1923 e em 1931 foram realizados a 1ª e a 2ª Conferência

Tanto nas reuniões preparatórias como no evento em si, os países participantes se organizaram em dois grupos que marcaram posição distinta sobre os rumos que a discussão deveria seguir: países industrializados, ricos, preocupados com os impactos da degradação ambiental sobre a qualidade de vida de suas populações, e países menos industrializados, pobres, que temiam a imposição de barreiras a suas atividades econômicas, baseadas na exportação, o que prejudicaria seu desenvolvimento. Além disso, os países pobres acreditavam que o combate à degradação ambiental deveria vir acompanhado de um combate à pobreza. “Essa divisão atravessava não apenas os países, mas também os atores político-sociais, colocando em confronto ambientalistas e desenvolvimentistas” (NASCIMENTO, 2012, p.52).

Ainda que esses dois grupos tenham marcado posições de certa forma antagonistas, a Conferência teve importantes resultados. Um deles é a Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, marco no desenvolvimento da qualidade de vida da humanidade; que a maioria dos problemas ambientais presentes em países em desenvolvimento são decorrentes do subdesenvolvimento, e que os países industrializados devem colaborar na diminuição da barreira que os separam; que a humanidade se encontra em um momento em que devem ser problematizados seus impactos sobre o meio ambiente; e que instituições e pessoas devem se esforçar conjuntamente na redução desses problemas. Outro importante resultado foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Pnuma), instância dentro da ONU com a responsabilidade de liderar estudos e atividades relacionados ao meio ambiente (GURSKI; GONZAGA; TENDOLINI, 2012).

Em decorrência dos embates ocorridos na Conferência de Estocolmo em 1973, a ONU elaborou o documento *Only one Earth*, que concluiu que a crise ambiental devia-se a um descompasso entre países altamente industrializados, cujo modo de vida era pautado por altos padrões de consumo e busca desenfreada por

Internacional para a Proteção da Natureza, em Paris. Londres sediou, em 1934, a Conferência Internacional para a Proteção da Fauna e Flora. No Brasil, em 1934, ocorreu a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores e realizada no Museu Nacional. Entretanto, o viés protetivo do encontro brasileiro seguiu uma linha de preservação para fins contemplativos, estéticos, de pesquisas e de manejo, e ainda que tenha surgido nos debates uma preocupação com a utilização intensiva dos recursos naturais e a necessidade de impor limites à exploração do meio ambiente, não houve desdobramentos concretos sobre o modelo de desenvolvimento patrocinado pelo Estado brasileiro (FRANCO, 2002)

cada vez mais facilidades que a tecnologia e o avanço da indústria poderiam trazer, e países pouco industrializados, que viviam à margem desses benefícios que o desenvolvimento da economia proporcionava. “Graças a esse embate, o binômio desenvolvimento (economia) e meio ambiente (biologia) é substituído por uma tríade, introduzindo-se a dimensão social”. (NASCIMENTO, 2012, p.53).

Em 1987 é publicado o documento *Nosso Futuro Comum*, resultado de um estudo promovido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (CMMAD). Também conhecido como Relatório Brundtland, em referência à primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, coordenadora dos trabalhos, o documento foi concebido como preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco-92 – que seria realizada em 1992 (BURSZTYN; BURSZTYN, 2006). Nele é trazido pela primeira vez em um documento da ONU o termo *desenvolvimento sustentável*⁸, definido da seguinte forma: “[...] é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Sobre essa definição, que rapidamente foi adotada pela sociedade e contribuiu para que o tema se tornasse um assunto presente em discussões em todos os níveis, Bursztyn e Bursztyn (2006, p.59), consideram que:

ele contém dois conceitos-chave: o conceito de **necessidades**, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade, e a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. [...] O desenvolvimento sustentável está, basicamente, assentado no seguinte tripé: economicamente viável socialmente justo e ecologicamente equilibrado (grifo do autor).

Em 1992, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, que “reconheceu a urgência de reorientar os esforços de promoção do desenvolvimento para torná-los respeitosos ao meio ambiente” (SURASKY, 2021, p. 216). Os principais resultados desse encontro foram a Convenção da Biodiversidade, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Declaração sobre os Princípios Relativos sobre Florestas, a Declaração do Rio e a Agenda 21 (NASCIMENTO, 2012). Este último reuniu programas, objetivos e atividades a serem executadas pelas nações signatárias com

⁸ O termo foi utilizado pela primeira vez também na década de 1980 pela *International Union for Conservation Nature*, uma organização não governamental (MONTIBELLER FILHO, 1993)

o propósito de implementar o desenvolvimento sustentável nas décadas seguintes, repensando e modificando padrões de produção e consumo existentes até então. Segundo o Preâmbulo, a Agenda 21

está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental (ONU, 1992, p. 11).

O documento ressalta ainda que “o êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. [...]. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais” (ONU, 1992, p.11). Nesse sentido, a ONU toma para si a responsabilidade de principal instituição articuladora em âmbito global para que os objetivos ali assumidos sejam atingidos, sem descartar a necessidade de cooperação de outros organismos.

Outro importante legado da Rio-92 foi a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC), instituição que reúne os Estados nacionais (chamados de Partes) com o objetivo de discutir as mudanças climáticas e meios de enfrentar suas graves consequências. Os encontros são conhecidos como CoP (Conferências das Partes) e ocorrem anualmente, sendo o primeiro realizado em Berlim, em 1995 (SOUZA; CORAZZA, 2017).

A partir de então, nota-se um grande esforço internacional, capitaneado pela ONU, para que os objetivos definidos na Agenda 21 fossem de fato atingidos. Em 1997 é publicada a Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes para com as Gerações Futuras, que, “chama a atenção para a preservação ambiental como condição determinante para a sobrevivência do ser humano enquanto espécie” (MENDES, 2013, p.82). Neste mesmo ano é assinado o Protocolo de Kyoto durante a COP 3, considerado o primeiro compromisso internacional para combater a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa⁹, que são aqueles que possuem capacidade de absorver parte da radiação infravermelha emitida pelo Sol, mantendo o calor na atmosfera terrestre. Trata-se de um fenômeno natural e imprescindível para o desenvolvimento da vida no planeta, mas que foi intensificado em decorrência da ação antrópica nos dois últimos

⁹ Os Estados Unidos da América, maior poluidor à época, assinou o Protocolo em 1998, mas se retirou em 2001 e não o ratificou (ANDRADE; COSTA, 2008)

séculos, e hoje é apontado como o responsável pelo aumento da temperatura na Terra, o que ficou conhecido como aquecimento global (THOMAS, 2021).

Como desdobramento dos compromissos acordados entre os países, ambos os conceitos – desenvolvimento sustentável e sustentabilidade – começaram a aparecer de forma mais recorrente no cotidiano, seja em documentos oficiais, como leis e declarações oficiais de encontros e congressos, seja em artigos científicos ou mesmo na imprensa e em materiais publicitários. Ainda que alguns autores critiquem o emprego do termo desenvolvimento sustentável, alegando que não há como continuar com o modelo de crescimento utilizado pelo mundo capitalista contemporâneo sem prejudicar, ainda que minimamente, o meio ambiente e comunidades não majoritárias que compõe a sociedade contemporânea (BELIANI, 2017), a utilização da expressão se tornou um símbolo da busca por ações, métodos e técnicas que privilegiem o uso racional de recursos.

Foram ainda realizados encontros de monitoramento da Agenda 21: A Rio + 5, em 1997, em Nova Iorque, EUA; a Rio + 10, em 2002, em Joanesburgo, África do Sul; em 2002; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, em 2002, no Rio de Janeiro, oportunidade na qual foi construído o documento *O Futuro que queremos*, (SURASKY, 2021). É importante ainda destacar a publicação, em 2000, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conjunto de oito objetivos que deveriam ser alcançados, em sua maioria, até 2015 pelos países membros da ONU, entre os quais havia o objetivo nº 7 – Assegurar a sustentabilidade ambiental, sendo duas de suas metas “integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos ambientais” e “reduzir a perda da biodiversidade, atingindo, até 2010, uma redução significativa” (ROMA, 2019).

No ano de 2015 ocorreram dois acontecimentos fundamentais para os esforços globais em prol da conservação do meio ambiente e o combate ao aquecimento global nos anos seguintes. O primeiro deles é a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um acordo definido durante a Assembleia Geral da ONU no qual líderes mundiais se comprometeram a implementar uma série de ações que visam melhorar a qualidade de vida de toda a humanidade. Ela apresenta 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS e 169 metas que buscam

“acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU, 2022).

Quadro 1 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
14	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Organização das Nações Unidas (2015)

Surasky (2021, p. 217) afirma que no âmbito das negociações e consequente publicação da Agenda 2030 “os caminhos para as negociações ambientais e de desenvolvimento que existiam nas Nações Unidas foram fundidos em um só”. Um dos aspectos mais perceptíveis desse movimento é que as ODS incorporaram perspectivas ambientais, econômicas e sociais em suas metas.

O outro acontecimento ocorrido em 2015 foi o Acordo de Paris, assinado durante a COP 21, em Paris. Trata-se de um compromisso assumido pela maior parte dos países cujo principal objetivo é limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais (ONU, 2015).

2.2 Sustentabilidade nas discussões do campo museal

No campo museal e patrimonial a noção de que o ser humano é diretamente ligado ao ambiente em que vive e a preocupação com a relação desregulada entre ser humano e natureza datam de décadas atrás, movimento este que acontece, de uma certa maneira, concomitantemente à ascensão das discussões que questionam a relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Em 1971, Hugues de Varine criou a palavra ecomuseu, para “significar uma nova relação do museu com a natureza e o meio” (FILIPE, 2011, p.4). Embora o significado mais aceito atualmente de ecomuseu esteja mais relacionado a uma reinterpretação dos pilares que sustentam a instituição museu¹⁰, a origem desse termo remonta a um episódio no qual se procurava verbalizar a relação entre museu e meio ambiente (BROULON,2015). Foram apresentadas algumas definições posteriormente, sendo o meio ambiente o elemento integrador das dimensões que o caracterizariam. Broulon (2015, p. 281) afirma que:

A primeira definição do ecomuseu, proposta por Jean Blanc (1917-2000), é apresentada, em 1972, aos participantes do colóquio internacional organizado pelo Icom, intitulado "Museu e meio ambiente", que aconteceu em Bordeaux, Istres e Lourmarin. Tal proposição definia o ecomuseu como um "museu específico do meio ambiente", que funcionava como um "elemento de conhecimento" de um conjunto de relações no espaço através do desenvolvimento histórico dessas relações (Blanc 1972 apud Gerbaud 2000:177).

Ainda segundo Broulon (2015) Rivière se aprofundou no tema nos anos seguintes e aperfeiçoou a definição de ecomuseu. Na versão mais conhecida, o autor o define como

Uma expressão do homem e da natureza. O homem interpretado no seu meio natural. A natureza interpretada no seu estado selvagem, mas também na medida em que a sociedade tradicional e a sociedade industrial

¹⁰ Segundo o Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade, trata-se de uma “tipologia de museu que desloca a relação tradicional entre edifício, coleção e público, para a conjunção entre o território, o patrimônio integrado e a comunidade participativa, promovendo por intermédio dessa outra forma de inter-relação, o ato pedagógico para o codesenvolvimento, em uma perspectiva integral” (IBERMUSEUS, 2019, p. 115)

adaptaram-na à sua imagem. [...] Um conservatório, na medida em que ajuda na preservação e valorização do patrimônio natural e cultural desta população (RIVIÈRE, 1985, p.182).

A Convenção sobre Patrimônio Natural e Cultural, emitida em 1972 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco, reconhece que o “patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição”, e que os países deverão “reconhecer [...] a obrigação de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural” (MENDES, 2013; IBERMUSEUS, 2019; UNESCO, 1972, p.3). Em 1974, na 10ª Conferência Geral do Icom realizada em Copenhague, Dinamarca, a palavra ambiente aparece pela primeira vez na definição de museu:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, e aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, para fins de estudo, educação e diversão, testemunhos materiais do homem e seu **ambiente**.¹¹ (ICOM, 1974, tradução nossa, grifo nosso)

Reorientações de entendimento também estavam ocorrendo na América Latina. Na Mesa-redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972, evento divisor de águas para a Museologia contemporânea, sobretudo para a latino-americana, foi proposto um novo formato de museu, o museu integral, que, de uma certa forma, “denota a compreensão do meio ambiente natural e cultural como recurso para a promoção do bem-estar social” (KASEKER, 2021, p. 3). Uma das considerações dos participantes do encontro foi que os museus na América Latina se diferenciavam dos existentes em países considerados mais desenvolvidos, no sentido de que deveriam “responder às necessidades das grandes massas populares, ansiosas por atingir uma vida mais próspera e mais feliz, através do conhecimento de seu patrimônio natural e cultural” (ICOM, 1999, p.118).

Em 1984, a Declaração de Oaxtepec, resultado do Encontro sobre Ecomuseus – Território – Patrimônio – Comunidade, realizada no México, propõe “conceitos de ecomuseus e de ato pedagógico para o ecodesenvolvimento, os que antecedem, segundo o documento, ao de desenvolvimento sustentável” (IBERMUSEUS, 2019, p. 78). A Declaração de Caracas, construída a partir do

¹¹ No original: A museum is a non-profit making, permanent institution in the service of the society and its development, and open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates, and exhibits, for purposes of study, education and enjoyment, material evidence of man and his environment.

seminário *A missão dos museus na América Latina hoje: novos desafios*, que se propôs a refletir os desdobramentos da Mesa de Santiago, defende que “[o museu tem] um papel imprescindível para a tomada de consciência da preservação do meio ambiente, onde o homem, natureza e cultura formam um conjunto harmônico e indivisível” (ICOM, 1999, p. 250; IBERMUSEUS, 2019).

Em 1998, no âmbito da *Cúpula dos Museus da América sobre Museus e Comunidades Sustentáveis*, realizada em San José, Costa Rica, foi construída a *Agenda para a ação*, documento final do encontro, que reuniu orientações, compromissos e definições a partir da perspectiva latino-americana em prol do desenvolvimento sustentável. Nela, é reconhecido que:

1. O desenvolvimento sustentável é um processo de melhoria da qualidade de vida no presente e no futuro que promove o equilíbrio entre meio ambiente, crescimento econômico, equidade e diversidade cultural, e que para isso requer a participação e autoafirmação de todos e todas.
2. A cultura é a base do desenvolvimento sustentável.
3. Os museus são essenciais na proteção e divulgação do patrimônio cultural e natural¹² (AGENDA, 1998, p.1, tradução nossa)

Em 2015, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou a *Recomendação relativa à proteção e promoção de museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade*, que destaca em vários trechos que os museus são um importante ator na busca pelo desenvolvimento sustentável e que tem como uma de suas missões a responsabilidade pela preservação e transmissão do patrimônio cultural e natural (UNESCO, 2017).

O Icom, em sintonia com os debates fomentados pela ONU e que ocorriam nas instâncias internacionais, criou em 2018 o *Working Group on Sustainability* (WGS), cuja missão à época de sua fundação, era:

ajudar o Icom a incluir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris em sua cadeia de atividades e apoiar seus membros e museus associados a contribuir de forma construtiva para a manutenção

¹² No original: 1. El desarrollo sostenible es un proceso de mejoramiento de la calidad de vida en el presente y futuro que promueve un balance entre el ambiente, el crecimiento económico, la equidad y la diversidad cultural, y que éste requiere de la participación y la autoafirmación de todos y todas. 2. La cultura es la base del desarrollo sostenible. 3. Los museos son esenciales en la protección y difusión del patrimonio cultural y natural.

dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas¹³. (ICOM..., 2018, tradução nossa)

O WGS propôs em 2019, no âmbito da 34ª Assembleia Geral, em Kyoto, Japão, a Resolução nº1, *A sustentabilidade e implementação da Agenda 2030, Transformando nosso Mundo*¹⁴ (tradução nossa), que reconhece os museus como instituições confiáveis, com o poder de mobilizar e engajar as comunidades em prol da construção de um mundo sustentável; defende uma revisão da missão, valores e objetivos dos museus; clama para que os museus contribuam para o atingimento das metas estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU; e recomenda que utilizem a Agenda 2030 como guia para incorporação da sustentabilidade não só nos programas educacionais, mas também nas práticas internas e externas. Para o período de 2020 a 2022, a missão do WGS é assessorar o Icom na implementação da Resolução nº1 no âmbito de sua estrutura interna, e ajudá-lo na adoção da neutralidade de emissão carbono até 2030. (ICOM, 2019)

Na Assembleia de Kyoto foi também aprovada a Resolução *Museus, Comunidades e Sustentabilidade*¹⁵ (tradução nossa), que evoca a Declaração de Santiago do Chile e resoluções anteriores do Icom a respeito das paisagens naturais, sustentabilidade e comunidades, relembra que museus não são meros edifícios que conservam coleções e que na medida que possuem papel fundamental no desenvolvimento social, econômico e ambiental, promovam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, destacando a importância dos museus comunitários para tal (ICOM, 2019).

2.3 Desdobramentos na legislação brasileira.

Os encontros internacionais organizados pela ONU tiveram desdobramentos no Brasil tanto no plano político administrativo quanto no social. Em 1973 foi criada, na estrutura do então Ministério do Interior, a Secretaria Especial de Meio Ambiente – Sema¹⁶. O surgimento dessa estrutura responsável pela política de conservação do meio ambiente em âmbito federal levou à modernização da legislação ambiental

¹³ Original: [...] to help ICOM consider how to mainstream Sustainable Development Goals and the Paris Agreement across its range of activities, and to support its members and member museums to contribute constructively in upholding the Sustainable Development Goals and towards climate change adaptation and mitigations.

¹⁴ Original: On sustainability and the implementation of Agenda 2030, Transforming our World.

¹⁵ Original Museums, Communities and Sustainability.

¹⁶ Instituída pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973.

brasileira, resultando na edição de normas estruturantes para a área como a Política Nacional de Meio Ambiente¹⁷, em 1981, e a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama)¹⁸, em 1983 (informação verbal)¹⁹ (SALERA JÚNIOR, 2015). Neste período observou-se também uma intensa mobilização da sociedade civil em movimentos e organizações que reivindicavam uma ação mais efetiva das instituições públicas para a proteção do meio ambiente e denunciavam os efeitos devastadores do modelo econômico vigente, como a Fundação SOS Mata Atlântica, criada em 1986, e o movimento Povos da Floresta, nascido também em meados da década de 1980 (informação verbal)²⁰. Em 1985, a Sema foi incorporada à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e embora algumas mudanças de nomenclatura e de posição hierárquica tenham ocorrido nos anos seguintes, daí em diante o Brasil passou a ter, até os dias de hoje, um órgão específico na Administração Pública Federal para lidar com temas ambientais (MINISTÉRIO..., 2018).

Com o fim do período de ditadura militar, uma nova Constituição Federal foi elaborada e promulgada em 1988. A Carta Magna, vigente até hoje, reserva um Capítulo específico para o meio ambiente, e estabelece no artigo 255 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, [...] impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Trata-se de um avanço sem precedentes, visto que ao menos nas três constituições brasileiras anteriores (1967, 1946 e 1937) não há menção ao meio ambiente ou à natureza²¹. Varella e Leuziger (2008, p. 397) destacam as inovações trazidas pela Carta Magna no campo ambiental:

o meio ambiente como direito fundamental; a conservação da diversidade biológica e dos processos ecológicos; a criação de espaços territoriais especialmente protegidos; a necessidade de estudo prévio de impacto ambiental antes da realização de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação; e a educação ambiental.

¹⁷ Instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1991.

¹⁸ Instituído pelo Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983.

¹⁹ Informação fornecida por Stephanie Nasuti no âmbito das aulas da disciplina Introdução ao Desenvolvimento Sustentável, em Brasília, em novembro de 2022.

²⁰ Informação fornecida por Stephanie Nasuti no âmbito das aulas da disciplina Introdução ao Desenvolvimento Sustentável, em Brasília, em novembro de 2022

²¹ Nas três Constituições anteriores, menciona-se a palavra natureza, mas não com o significado de meio ambiente. Ainda que o artigo 134 da Constituição de 1937 tenha estabelecido que “os monumentos (...) naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios (...)”, o texto não reproduz o sentido de direito que a Constituição de 1988 traz.

A Eco-92 foi particularmente importante para o desenvolvimento das ações e políticas ambientais brasileiras. O governo federal mobilizou toda sua estrutura para viabilizar o sucesso do evento, transferindo inclusive a capital federal temporariamente para a cidade do Rio de Janeiro, sede do encontro (BARRETO, 2009). Do ponto de vista das políticas públicas ambientais, as Convenções assinadas no evento foram transformadas em legislação nos anos seguintes: a Convenção da Biodiversidade foi ratificada no Brasil por meio do Decreto Federal nº 2.519 de 16 de março de 1998 e regulamentada pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015; a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima foi ratificada por meio do Decreto nº 2.652 de 1º de julho de 1998 e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas foi criado em Decreto nº 3.515, de 20 de junho de 2000²². Foi criada ainda a Agenda 21 brasileira, visando “redefinir o modelo de desenvolvimento do país, introduzindo o conceito de sustentabilidade e qualificando-o com as potencialidades e as vulnerabilidades do Brasil no quadro internacional” (BRASIL, 2004, p. 8).

Esse movimento também foi observado no que se refere aos regulamentos que norteiam o funcionamento da máquina estatal, de forma a estimular a incorporação nas tarefas e atividades típicas burocráticas os princípios da sustentabilidade e a busca pelo desenvolvimento sustentável. Em 1999, o Ministério do Meio Ambiente criou o programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que tem por objetivo “estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade” (O QUE..., 2022). A adesão ao programa é voluntária e se dá por meio da assinatura de um Termo de Adesão e pode ser solicitada por instituições das três esferas da federação (estadual, municipal e federal) e dos três Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário).

No que se refere às compras públicas, a Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010 incluiu na Lei de Licitações e Contratos Públicos que a licitação pública visa, entre outros, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (BRASIL, 2010). Esse trecho é regulamentado pelo Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que enumera algumas práticas e critérios considerados como sustentáveis do ponto de vista da contratação pública: baixo impacto sobre recursos naturais como flora,

²² Revogado pelo Decreto nº 9.082, de 26 de junho de 2017, que instituiu o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

fauna, ar, solo e água; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras e utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento, entre outros (BRASIL, 2012). Outras normas infralegais que regulam o processo de contratação na Administração Pública também exigem que o agente público observe critérios sustentáveis ao descrever o objeto e/ou o serviço a ser contratado.

No que tange à legislação que rege os museus brasileiros, a ação mais concreta para fomentar os museus a desenvolverem ações no campo da sustentabilidade ambiental ocorreu em 2013 com a edição do Decreto nº 8.124, que regulamenta o Estatuto dos Museus, como é conhecida a Lei nº 11.904. Ao definir o rol mínimo dos programas que devem estar contidos no plano museológico, o Decreto inova ao trazer um programa que não estava previsto na estrutura estabelecida no Estatuto do Museus, o programa Socioambiental, assim definido:

abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental (BRASIL, 2013).

Muniz e Saladino (2021) afirmam que a inclusão do programa Socioambiental pelo Decreto em 2013 se deu em decorrência da experiência exitosa do Museu da República, localizado na cidade do Rio de Janeiro, que em 2011 foi pioneiro e criou um programa assim denominado. Os autores lembram ainda que o Museu de Arqueologia de Itaipu também desenvolve ações com essa perspectiva desde 2010.

Em 2016 o Ibram publicou o guia *Subsídios para elaboração dos planos museológicos*, que orienta os museus a construir seus planos museológicos. No item reservado ao programa Socioambiental, são sugeridas etapas para a realização do diagnóstico atual das instituições e a metodologia a ser aplicada para a elaboração do programa, além de compartilhar experiências exitosas de museus federais (BRASIL, 2016).

3. PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MUSEUS

Planejar e administrar são atividades que os museus sempre precisaram executar, afinal são instituições como tantas outras. Entretanto, conforme o entendimento da função dos museus dentro das sociedades foi mudando de conformação, parte em razão de reorientações de áreas das ciências humanas observadas ao longo da segunda metade do século XX, essas atividades precisaram ser remodeladas para que as instituições museais conseguissem, de forma eficaz, cumprir suas missões. Muitos autores se debruçaram sobre o tema, e um esforço tem sido empreendido não só pelos órgãos governamentais responsáveis pela regulação do campo museal mas também por instituições que fomentam os estudos e o desenvolvimento da museologia.

Museus são espaços ímpares. Eles são reconhecidos pela sociedade como instituições confiáveis, que divulgam conhecimento, que promovem a cultura e as artes e que incitam a reflexões e mudanças. Essas impressões proporcionam aos museus oportunidades, na medida em que são intuitivamente lugares a serem visitados, mas também desafios, uma vez que há grandes expectativas com essas visitas. Para que os museus possam atender ao que as comunidades esperam deles e consigam cumprir sua função institucional, é necessário que seus braços gerencial e administrativo estejam funcionando de forma articulada com as demais estruturas que compõem e da singularidade dessas instituições. De acordo com Cury (2009, p.30),

A gestão museológica organiza a práxis formando o cotidiano institucional que opera no tempo. **A gestão museológica faz as ações museográficas atuarem em sinergia**, como um sistema que opera com atividades meio e fim. A administração é atividade meio que dá suporte ao processo curatorial, ações fim em torno do objeto museológico (grifo nosso).

O museu deve funcionar, portanto, como uma instituição orgânica, atenta e aberta à adoção de boas práticas gerenciais e administrativas, e capaz de incorporá-las e adaptá-las a seu status *sui generis* na sociedade. No contexto museológico, a gestão deve ser entendida como a gestão da missão do museu (CÂNDIDO, 2019, p. 121) ou seja, a missão é o ponto de partida para se discutir, rever, a dotar e melhorar práticas gerenciais nessas instituições. Esse é o mesmo entendimento de

Barry e Gail Dexter Lord (2021, p. 645), que em sua clássica publicação *The Manual of Museum Management*, afirmam que

O propósito da gestão de um Museu é facilitar as decisões que levem a favorecer a sua missão, a realização do seu mandato, e o cumprimento de seus objetivos, e metas para todas as funções do museu (grifo nosso).

A partir da década de 1960, novas propostas ganharam força no campo museológico, levando a uma reflexão crítica das práticas museais até então adotadas. Esse movimento, que pode ser chamado de museologia social²³, “cuja principal preocupação são os sujeitos e os problemas sociais por que passam as comunidades a que o museu atende, com vistas à busca de seu desenvolvimento sociocultural” (TOLENTINO, 2016, p.34), e fatores como a ampliação do conceito de patrimônio, o aumento da quantidade de museus e do público visitante, dificuldades financeiras enfrentadas pelos museus decorrentes de turbulências econômicas e políticas, e mudanças profundas na sociedade (NEVES, 2003), levaram – e continuam levando - os museus a olharem para o planejamento como uma forma de enfrentar os novos desafios.

3.1 As iniciativas europeias

Para Neves (2003, p. 41), o museólogo francês Georges Henri Rivière foi um dos primeiros profissionais a observar a importância do planejamento e organização no âmbito das instituições museais, quando em 1930 defendia que “o museu deveria ser dotado de uma política geral/estrutural, pois são as linhas directivas que possibilitam a elaboração dos diversos programas (de pesquisa, de documentação, de exposição etc.)”.

Outro exemplo francês vem dos arquitetos do Centro Georges Pompidou e do Museu d'Orsay, ambos localizados em Paris. Para eles, a etapa inicial de qualquer projeto de museu deve ser responder às seguintes perguntas: O que fazer? Para quem? Como? Com que meios? (ESPANHA, 2005).

Xavier (2015) destaca alguns eventos e publicações que considera emblemáticos na busca por práticas de planejamento e gestão dentro das

²³ Segundo, Tolentino (2016, p. 31) museologia social é “uma prática museológica que tem como pressupostos uma museologia que desloca seu foco do objeto para o homem”, enquanto Sociomuseologia é “uma área disciplinar, [...], [que] dá conta das questões que envolvem o campo da museologia social, como também reflete sobre a atuação dos museus de uma forma geral”

instituições museais em países da Europa. Em 1984, Jean Chatelain, diretor dos museus da França entre os anos de 1962 e 1974 publicou a obra *Administration et gestion des musées: texts et documents*, na qual ressalta a necessidade de se dar “ênfase aos programas e procedimentos de organização interna e das coleções” (XAVIER, 2015, p. 19). Posteriormente, a França passou “a exigir que para a criação de um museu fosse contratado um profissional especializado em museus, encarregado de elaborar o projeto da instituição” (CHINCHILLA GOMEZ, 2005, p. 20 apud XAVIER, 2015, p. 19).

Na Inglaterra, Xavier lista algumas publicações que influenciaram a modernização dos museus britânicos no que diz respeito a práticas de gestão: *Museum Management: how can museums survive into the new millenium?*, escrita por Kevin Moore e publicada em 1994; *The Manual of Museum Management*, de 1997 e *The Manual of Museum Planning*, de 1999, ambas escritas por Barry Lord e Gail Dexter Lord. As obras levaram a desdobramentos que resultaram na revisão da legislação atinente ao tema. Nos anos 2000, foi criado o Plano para Certificação de Museus,

que entre os requisitos para reconhecimento das instituições impunha à construção por parte dos museus de um Plano de Desenvolvimento com uma declaração de propósitos, objetivos gerais, delimitação do público-alvo e objetivos específicos (XAVIER, 2015, p. 20).

O modelo de certificações de museus adotado pela Inglaterra já era utilizado em países como Estados Unidos e Escócia, e aos poucos foram sendo implementados em outros países europeus. A adesão ao modelo não era obrigatória, mas, ao participar do programa, os museus obtinham alguns benefícios, entre os quais a possibilidade de obter financiamento público (XAVIER, 2015, p. 21).

Os países ibéricos também passaram por processos semelhantes e atualizaram suas normas determinando a elaboração de instrumentos que representassem o planejamento de seus museus. A Lei nº 47, de 19 de agosto de 2004, que aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses, traz no artigo 85 a obrigação de construir o programa museológico desde a fundação da instituição:

A iniciativa da criação e fusão de museus deve ser efectuada através de documento em que a entidade proponente manifesta formalmente a intenção de criar ou fundir o museu, define o respectivo estatuto jurídico e **compromete-se a executar o programa museológico**, bem como a disponibilizar os recursos humanos e financeiros que assegurarão a respectiva sustentabilidade (PORTUGAL, 2004, grifo nosso).

Em seguida, a norma estabelece o conteúdo desse documento:

a) A denominação prevista para o museu; b) A definição dos objectivos; c) A identificação e a caracterização dos bens culturais existentes ou a incorporar em função da sua incidência disciplinar e temática; d) A formulação das estratégias funcionais, designadamente nos domínios do estudo e investigação, incorporação, documentação, conservação, exposição e educação; e) A identificação dos públicos; f) A indicação das instalações e a afectação a áreas funcionais; g) As condições de conservação e segurança; h) Os recursos financeiros; i) A previsão do pessoal e perfis profissionais correspondentes. (PORTUGAL, 2004)

Na Espanha, o marco é a publicação em 2005 do guia *Criterios para a elaboración del Plan Museológico*, elaborado pelo Ministério da Cultura espanhol com objetivo de auxiliar os museus a construir o *plan museológico* (plano museológico, em tradução livre), o instrumento de planejamento. O campo museal e patrimonial no país é regulado por um complexo arcabouço legal consolidado no *Código de Museos*, que inclui os seguintes regulamentos: normativas gerais; gestão de coleções; museus nacionais de titularidades estatais; acesso à informação e investigação; propriedade intelectual; memória histórica e restituição; gestão econômica e administrativa; e legislação autônoma, que são as os regulamentos redigidos pelos territórios autônomos e com alcance limitado a esses territórios (ESPANHA, 2022). A necessidade de um instrumento de planejamento como condição para o reconhecimento como museu apareceu pela primeira vez na legislação autônoma, na Lei 4/2003 de 26 de março, a lei dos museus das Ilhas Baleares (ESPANHA, 2005), embora ainda não como a nomenclatura de plano museológico, o que ocorreria somente com a publicação do guia em 2005, o qual define plano museológico da seguinte forma:

A atual dimensão do museu exige que seus gestores definam a instituição do ponto de vista conceitual, a fim de servir de base para o estabelecimento de seus planos de trabalho, prioridades e objetivos futuros. Esta análise deve ser realizada com uma metodologia estabelecida e clara que permita a sua elaboração e compreensão, ordene a posterior tomada de decisões, conclua com um diagnóstico da situação e, ao mesmo tempo, torne-se um documento para o futuro tanto para o próprio museu e para o futuro (ESPANHA, 2005, p.27, tradução nossa)²⁴.

²⁴ No original: La dimensión actual del museo exige a sus responsables la definición de la institución desde un punto de vista conceptual, con el fin de que sirva de fundamento para el establecimiento de sus planes de trabajo, sus prioridades y objetivos de futuro. Este análisis debe realizarse con una metodología establecida y clara que posibilite su elaboración y comprensión, ordene la posterior adopción de decisiones, concluya con un diagnóstico de situación y, al mismo tiempo, se convierta en un documento de futuro tanto para el propio museo como para los órganos administrativos responsables

Segundo o guia, o processo de construção do plano museológico é constituído de duas fases: a fase I compreende a definição da instituição, e desdobra-se nas etapas de planeamento conceitual e de análise e avaliação; ao passo que a fase II compreende a elaboração de programas. Ainda conforme o guia, a responsabilidade pela construção dessas fases e etapas é compartilhada entre equipe do museu e atores externos, à exceção da etapa de planeamento conceitual, restrita à equipe do museu.

O programa é definido como “documento para a organização de ações futuras em cada área específica do museu, que inclui a lista de necessidades para o cumprimento das funções museológicas, que serão resolvidas e especificadas nos diferentes projetos”²⁵ (ESPANHA, 2005, p.28, tradução nossa), enquanto o projeto é um “documento executável que permite a materialização concreta do especificações técnicas coletadas nos diferentes programas. Os projetos definem, descrevem e propõem soluções sob medida para as necessidades levantadas”²⁶ (ESPANHA, 2005, p.28, tradução nossa).

As demais categorias da legislação espanhola incorporaram o plano museológico como condição imprescindível para reconhecimento de museus. Entre as normas gerais, o Real Decreto 1305/2009, que cria a Rede de Museus da Espanha, inclui o plano museológico entre os critérios a serem considerados para a incorporação de museus à Rede (ESPANHA, 2022).

3.2 Eventos marcantes na América Latina e a(s) experiência(s) brasileira.

A onda que clamava por uma reorientação da museologia ecoava mundo afora, aí inclusa a América Latina. A Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) foi o evento a partir do qual se materializou a proposta para uma nova postura dos museus para a região. A Declaração de Santiago não tem um item específico que discorra sobre a necessidade de revisão e/ou modernização das práticas de planeamento e gestão de museus, mas ao propor um novo tipo de museu, o museu

²⁵ No original: Documento para la ordenación de las actuaciones de futuro en cada ámbito concreto del museo, que incluye la relación de necesidades para el cumplimiento de las funciones museísticas, que se resolverán y concretarán en los distintos proyectos.

²⁶ No original: Documento ejecutable que posibilita la materialización concreta de las especificaciones técnicas recogidas en los distintos programas. Los proyectos definen, describen y proponen soluciones ajustadas a las necesidades planteadas

integral e reclamar uma modernização das técnicas museográficas, o documento indica que uma mudança precisaria também ser feita nas práticas adotadas até então. Cabe ainda citar uma das decisões do documento, que trata sobre a necessidade de “os museus criarem sistemas de avaliação que lhes permitam determinar a eficácia de sua ação em relação à comunidade” (ICOM, 1999, p. 114).

Em 1992, no âmbito do seminário *A Missão dos Museus na América Latina Hoje: novos desafios*, organizado para refletir sobre os 20 anos da Mesa Redonda de Santiago, a Declaração de Caracas, produzida a partir desse encontro, reserva um item específico para tratar a relação museus e gestão. Entre as recomendações, destacam-se:

que o museu defina claramente a missão que lhe compete na sociedade à qual serve; que o museu defina a estrutura organizativa de acordo com seus requerimentos funcionais, delineada segundo as concepções gerenciais aplicáveis a casos particulares, e que se estabeleçam mecanismos de avaliação permanente; **que os planos e programas elaborados com instrumentos de planejamento moderno estejam baseados em um diagnóstico das necessidades do museu e da sociedade na qual está imerso**, e que a realização de tais planos e programas **leve em conta as necessidades prioritárias do museu e defina objectivos e metas a longo, médio e curto prazo** [...] (ICOM, 1992, p. 259 - 260, grifos nossos).

Já em 2007, a Declaração da cidade de Salvador, produzida no âmbito do I Encontro Ibero-Americano de Museus, do qual originou o Programa IBERMUSEUS²⁷, recomenda que os governos assegurem o funcionamento dos museus para que seja possível cumprir suas missões, e que sejam implementadas políticas públicas específicas para o campo museal (IBERMUSEUS, 2007).

No Brasil, é publicado em 2001 o Plano Diretor, tradução de um documento originalmente escrito pelo inglês Stuart Davies e organizada pela Museums & Galleries Commission, “destinada a orientar administradores e profissionais de museus que desejam implantar e desenvolver, em suas instituições, serviços de alta qualidade” (DAVIES, 2001, p. 11). Na ausência de uma política para a área, a obra serviu como referência para diretores e profissionais de museus elaborarem instrumentos de planejamento.

²⁷ Trata-se de um programa de cooperação para os museus da Ibero-América, que tem o objetivo de promover o fortalecimento das instituições existentes na região. Atua como órgão intergovernamental dedicado à promoção e articulação de políticas públicas para a área dos museus no Espaço Cultural Ibero-Americano, e promove a realização de diferentes projetos que contribuem para a integração, modernização e desenvolvimento dessas instituições (NOSSO..., 2022).

A modernização das práticas de gestão de museus, com uma perspectiva de criação de política pública, foi impulsionada com a elaboração e publicação pelo Ministério da Cultura, em 16 de maio de 2003, da Política Nacional de Museus (PNM). Seu objetivo geral é:

promover a valorização e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País (BRASIL, 2003, p. 8).

A PNM é um marco para o cenário museológico brasileiro uma vez que estabeleceu os pilares para o aprimoramento e desenvolvimento do campo para os próximos anos. Resultado de um amplo debate que mobilizou agências e agentes atuantes no tema, é composta por sete princípios orientadores e sete eixos programáticos. O eixo 1 é intitulado Gestão e Configuração do Campo Museológico e prevê a implementação de um Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de homólogos estaduais e municipais e a criação de um Cadastro Nacional de Museus, medidas imprescindíveis para a organização e obtenção de dados para direcionar a criação de políticas públicas para o campo²⁸.

A criação em 2003 do Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi um dos primeiros resultados concretos da PNM. Com ele, o Brasil contava a partir de então com uma estrutura administrativa no governo federal específica para tratar assuntos relacionados aos museus. Entre as competências do Demu, estavam a proposição de diretrizes para a identificação, preservação e gestão dos museus e centros culturais do Iphan e a orientação, formulação e execução de ações voltadas para preservação, aquisição, difusão e dinamização de acervos culturais (BRASIL, 2003).

Importantes eventos ocorrem nos anos seguintes para responder aos eixos da PNM. Em 2004 foi realizado o 1º Fórum Nacional de Museus, em Salvador, Bahia, o qual contou na programação com um minicurso chamado Projeto Museológico, ministrado por Rose Moreira Miranda e Mário de Souza Chagas,

²⁸ Os demais eixos são: Democratização e acesso aos bens culturais; Formação e capacitação de recursos humanos; Informatização de museus; Modernização de infraestruturas museológicas; Financiamento e fomento para museus; e Aquisição e gerenciamento de acervos culturais (BRASIL, 2003).

voltado para fornecer orientações gerais sobre a elaboração e implantação do Plano Museológico, peça fundamental para a gestão de um museu. [...] o minicurso ressaltou sua metodologia e suas fases fundamentais, que incluem a identificação da missão institucional, das finalidades, dos valores, das metas, das funções, do público potencial e dos parceiros institucionais, entre outros (BRASIL, 2004, p. 51).

Foi a primeira vez que um evento organizado pelas autoridades reguladoras do campo dos museus e patrimônio em âmbito nacional utilizaram o termo plano museológico para se referir ao instrumento de planejamento básico de museus brasileiros, ainda que no nome do minicurso tenha se optado por utilizar o substantivo *projeto*. Posteriormente, o conteúdo desse instrumento foi-se aperfeiçoando e o termo plano museológico foi definitivamente adotado. (MIRANDA, 2022). O plano museológico foi tema de mais oficinas e cursos nas edições seguintes do Fórum, como mostra Xavier (2015, p. 46):

Quadro 2 – O plano museológico na programação dos Fóruns Nacionais de Museus

Edição	Ano	Local	Nome da atividade
1º Fórum Nacional de Museus	2004	Salvador	Minicurso Projeto Museológico 2º
2º Fórum Nacional de Museus	2006	Ouro Preto	Minicurso Plano Museológico: Implantação, gestão e organização dos museus.
3º Fórum Nacional de Museus	2008	Florianópolis	Oficina Plano Museológico: Implantação, gestão e organização de museus.
4º Fórum Nacional de Museus	2010	Brasília	Minicurso Plano Museológico: Implantação, gestão e organização de museus.
5º Fórum Nacional de Museus	2012	Petrópolis	Minicurso Plano Museológico
6º Fórum Nacional de Museus	2014	Belém	Estatuto dos Museus e o Plano Museológico

Fonte: Xavier (2015, p.46).

O Sistema Brasileiro de Museus (SBM), outra ação prevista na PNM, foi instituído por meio do Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004²⁹. Entre suas finalidades estava a promoção da “interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor” e “a gestão integrada e o desenvolvimento das

²⁹ O Decreto foi revogado pelo Decreto nº 8.124, de 17 de outubro 2013, que discorre no artigo 14 sobre o Sistema Brasileiro de Museus

instituições” (BRASIL, 2004). Ao promover a integração nacional das instituições museais e criar meios para que experiências fossem compartilhadas e aprimoradas, a instituição do SBM foi um fator importante no aperfeiçoamento da gestão de museus no cenário nacional.

A primeira menção em um documento oficial do plano museológico como instrumento de planejamento se dá com a publicação da Portaria Normativa nº 01, de 5 de julho de 2006, norma que estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração do plano museológico para os museus do Iphan. Fortemente inspirada no modelo espanhol descrito na publicação *Criterios para la Elaboracion del Plan Museologico*, ressalta o caráter “político, técnico e administrativo”, e afirma que “o Plano Museológico é instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu na sociedade” (BRASIL, 2006, p. 1). É ressaltado que o plano deveria ser construído a partir de uma profunda avaliação da instituição museal, considerados seus pontos fortes e fracos, ameaças e fragilidades – metodologia conhecida como matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats*) ou FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e elaborado de forma participativa, incluindo atores internos e externos aos museus.

Em relação à estrutura, a Portaria estabelece que deve ser composta de duas partes: identificação da instituição, com características gerais do museu bem como sua missão, função social e objetivos e programas, devendo incluir os seguintes: institucional, gestão de pessoas, acervos, exposições, educativo e cultural, pesquisa, arquitetônico, segurança, financiamento e fomento, de difusão e divulgação. A norma não define especificamente o que se entende por programas e por projetos. Em relação a este último, são citadas somente as características que deveriam ter: exequibilidade e adequação às especificações dos programas, cronograma de execução, descrição das ações pretendidas e da metodologia adotada, e critérios de avaliação (BRASIL, 2005).

O ano de 2009 foi bastante significativo para o cenário museal brasileiro. Em janeiro foram publicadas a Lei nº 11.904, que instituiu o Estatuto dos Museus e a Lei nº 11.906, que criou o Ibram, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que substituiu o Demu como órgão referência nas questões relacionadas aos museus no Brasil.

O Estatuto dos Museus reorganizou a política museal brasileira. Entre as determinações, estendeu a obrigatoriedade de elaboração do plano museológico para todos os museus brasileiros. Segundo ele, o plano museológico é

ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade (BRASIL, 2013).

A Lei não determina a estrutura do plano museológico. Os legisladores optaram por sugerir o conteúdo que o instrumento deveria ter: o diagnóstico participativo da instituição; a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda; a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus; e o detalhamento dos programas.

Regras mais específicas só vieram com a publicação do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamentou a Lei nº 11.904. Essa norma trouxe pormenores que o Estatuto e a lei que criou o Ibram não aprofundaram, como a obrigação do Ibram elaborar, divulgar e manter recomendações técnicas atualizadas sobre a elaboração do plano museológico³⁰ e o conteúdo mínimo que o plano museológico deve ter. Em relação aos programas obrigatórios, há a inclusão do programa Socioambiental, que não estava previsto no Estatuto dos Museus³¹. Novamente não foi definido o que se entende como programas e projetos no contexto da elaboração do plano museológico.

Além de ser tema recorrente nos Fóruns Nacionais de Museus, como indicado no Quadro 2, o plano museológico foi tema de outros eventos e iniciativas, o que evidencia uma preocupação do Ibram com a capacitação dos profissionais que trabalham em museus. Xavier (2015, p. 46) cita a III Jornada Brasil Espanha, realizada em 2009, cuja tema foi Plano Museológico: Instrumento de Gestão, e o Programa de Qualificação em Museologia, criado em 2011 pelo Ibram, o qual contava com uma oficina chamada Plano museológico: implantação, gestão e

³⁰ Artigo 3º, inciso V, alínea “g”

³¹ A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), incluiu o programa de acessibilidade a todas as pessoas no rol de programas que devem compor o plano museológico. O Decreto nº 8.124 continua em vigor com a redação de 2013, sem a inclusão deste programa.

organização dos museus. Em 2016 foi publicado o documento *Subsídios para elaboração dos planos museológicos*, e mais recentemente foi disponibilizado o curso *Plano museológico: planejamento estratégico para museus* na plataforma Escola Virtual, da Escola Nacional da Administração Pública - Enap. Com carga horária de 40 horas, o curso é ministrado no formato virtual, e possui o seguinte conteúdo programático: importância do Planejamento estratégico, conceitos, legislação; etapas do planejamento: planejamento, diagnóstico, objetivos; elaboração de 12 programas temáticos, conforme Decreto nº 8.124/13; e elaboração de projetos.³²

Em 2021, o Ibram, no âmbito de suas competências, publicou a Resolução Normativa nº 2, que trouxe regras para a elaboração dos planos museológicos para os museus a ele vinculados. Entre elas, destaca-se que a revisão deve ocorrer em no mínimo 3 e no máximo 5 anos, conforme indicado no Regimento Interno de cada museu, e que os planos museológicos deverão ser aprovados pela Diretoria Colegiada do Ibram. Ressalta-se que, segundo a norma, não é obrigatória a publicização dos planos museológicos.

³² No momento em que foi acessado o portal da Enap, em 07 de dezembro de 2022, o curso estava com as inscrições fechadas

4. ETAPAS DE TRABALHO E METODOLOGIA

Como citado no item 1 – *Introdução*, a amostra escolhida para análise foram os museus vinculados ao Ibram. Essa escolha se deu por duas razões: é a instituição reguladora da política museal no Brasil, e possui uma norma que regulamenta a elaboração dos planos museológicos dos 27 museus a ele vinculados. O quadro 3 enumera os museus atualmente vinculados ao Ibram.

Quadro 3 - Museus vinculados ao Ibram

Região	Museu	Localização
Região Centro Oeste	Museu Casa da Princesa	Pilar de Goiás - GO
	Museu das Bandeiras	Cidade de Goiás - GO
	Museu de Arte Sacra da Boa Morte	Cidade de Goiás - GO
Região Nordeste	Museu Casa Histórica de Alcântara	Alcântara - MA
	Museu da Abolição	Recife - PE
Região Sudeste	Museu Casa da Hera	Vassouras - RJ
	Museu Casa de Benjamin Constant	Rio de Janeiro - RJ
	Museus Castro Maya	Rio de Janeiro - RJ
	Museu da Inconfidência	Ouro Preto - MG
	Museu da República	Rio de Janeiro - RJ
	Museu de Arqueologia de Itaipu	Niterói - RJ
	Museu de Arte Sacra de Paraty	Paraty - RJ
	Museu do Diamante	Diamantina - MG
	Museu do Ouro – Casa Borba Gato	Sabará - MG
	Museu Forte Defensor Perpétuo	Paraty - RJ
	Museu Histórico Nacional	Rio de Janeiro - RJ
	Museu Imperial	Petrópolis - RJ
	Museu Lasar Segall	São Paulo - SP
	Museu Nacional de Belas Artes	Rio de Janeiro - RJ
	Museu Regional Casa dos Ottoni	Serro - MG
	Museu Regional do Caeté	Caeté - MG
	Museu Regional de São João del-Rei	São João del-Rei - MG
Museu Solar Monjardim	Vitória - ES	
Museu Villa-Lobos	Rio de Janeiro - RJ	
Região Sul	Museu das Missões	São Miguel das Missões - RS
	Museu Victor Meirelles	Florianópolis - SC

Fonte: Portal do Ibram (acesso em 17 de novembro de 2022)

Após a etapa de levantamento bibliográfico e leitura dos documentos encontrados, iniciou-se a busca os planos museológicos dos museus da amostra. Considerou-se que fariam parte desses estudos planos museológicos atualmente em vigência ou encerrados em 2020. Nesta fase, foram utilizadas as seguintes estratégias: acesso aos sites de cada museu a partir do portal do Ibram; contato por e-mail com os museus cuja busca nos respectivos sites não trouxe resultado; contato por telefone com os museus que não responderam o e-mail; contato por meio de redes sociais (Instagram e Facebook) com os museus os quais as estratégias anteriores não tiveram sucesso; pesquisa livre no portal de buscas do Google; solicitação ao Ibram com base na LAI — Lei nº 12.527/2011 – por meio do portal Fala.BR., gerenciado pela Controladoria Geral da União (CGU).

Ao fim dessa fase, obtiveram-se os planos museológicos dos 27 museus vinculados ao Ibram. No quadro 4 estão consolidados os planos museológicos obtidos e, portanto, utilizados nas etapas subsequentes.

Quadro 4 - Planos museológicos obtidos

Museu	Vigência do plano museológico
Museu Casa da Princesa	2020 - 2024
Museu das Bandeiras	2020 - 2024
Museu de Arte Sacra da Boa Morte	2020 - 2024
Museu Casa Histórica de Alcântara	2019 - 2023
Museu da Abolição	2018 - 2021
Museu Casa da Hera	2019 - 2022
Museu Casa de Benjamin Constant	2020 - 2023
Museus Castro Maya	2020 - 2024
Museu da Inconfidência	2019 - 2022
Museu da República	2020 - 2024
Museu de Arqueologia de Itaipu	2020 - 2024
Museu de Arte Sacra de Paraty	2019 - [?]
Museu do Diamante	2019 - 2023
Museu do Ouro – Casa Borba Gato	2017 - 2021
Museu Forte Defensor Perpétuo	2019 - [?]
Museu Histórico Nacional	2020 - 2023
Museu Imperial	2018 - 2022
Museu Lasar Segall	2020 - 2025
Museu Nacional de Belas Artes	2016 - 2020

Museu Regional Casa dos Ottoni	2019 - 2022
Museu Regional do Caeté	2019 - 2024
Museu Regional de São João del-Rei	2019 - 2024
Museu Solar Monjardim	2019 - 2023
Museu Villa-Lobos	2018 - 2021
Museu das Missões	2019 - 2023
Museu Victor Meirelles	2019 - 2024

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Antes de partir para a leitura dos planos museológicos, foi necessário elaborar perguntas para direcionar a leitura destes documentos e a extração das informações necessárias para o andamento da pesquisa. Foram listadas nove perguntas, que então foram inseridas em uma planilha no software Excel.

Quadro 5 - Perguntas orientadoras

1	Qual é a missão do museu?
2	A missão do museu apresenta menção à dimensão ambiental da sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável?
3	O museu possui programa Socioambiental, conforme estabelecido pelo Decreto Nº 8.124, alínea K, Inciso III, artigo 23?
4	Quais são os projetos e ações desenvolvidas atualmente?
5	Quais são as dificuldades apontadas para a implantação e implementação de projetos e ações dos programas Socioambientais?
6	Quais são os projetos e ações previstas para o período a que se refere o plano museológico?
6.1	Há metas?
6.2	Há indicadores?
6.3	Há cronograma de execução?

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Em seguida, partiu-se para a quarta etapa, que consistiu dirigida e extração de informações dos planos museológicos encontrados, a partir das perguntas elaborados previamente. No decorrer dessa fase, percebeu - se que as informações presentes nos programas Socioambientais possuem uma pluralidade de denominações e formas de escrita, o que levou à necessidade de buscar uma maneira de padronizar a análise, de forma a viabilizar o cruzamento dos dados. A solução encontrada foi adotar como referência as perguntas que o guia *Subsídios para elaboração de planos museológicos* sugere que sejam realizadas no âmbito do diagnóstico situacional dos programas Socioambientais das instituições. A partir

delas, foram propostas grandes áreas nas quais as ações e/ou projetos informados nos planos museológicos seriam categorizados.

Quadro 6 - Grandes áreas

Questões a serem consideradas, segundo o Ibram	Grandes áreas
Qual é o consumo de recursos naturais no museu (água, energia, etc.)?	Consumo de recursos naturais
Quais são os principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição museológica que têm efeito sobre a questão ambiental?	Aquisição de bens e contratação de serviços
As intervenções nos bens imóveis geram impacto socioambiental?	Intervenções em bens imóveis
Quais são as práticas de descarte de resíduos adotadas pela instituição?	Descarte adequado de resíduos
Existe o levantamento sobre a produção de lixo da instituição e sobre a possibilidade de reciclá-lo?	Separação adequada de resíduos
Quais são as práticas ambientais já adotadas pelo museu?	Práticas ambientais
Existe equipe ou servidores capacitados para trabalhar o tema?	Capacitação da equipe interna
Existe parceria com a Secretaria de Meio Ambiente local?	Parceria com órgãos e instituições públicas
Existe legislação local sobre a temática ambiental?	Adequação à legislação ambiental
Existem parcerias com cooperativas de reciclagem na região?	Parceria com cooperativas e/ou associações de reciclagem
O museu participa da agenda ambiental local?	Participação em eventos
Existem atividades/debates sobre o tema com a comunidade local?	Promoção de eventos
Ações e/ou projetos presentes nos planos museológicos os quais não foram encontrados relação clara e direta com alguma das questões apresentadas no guia editado pelo Ibram	Outros

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Com o objetivo de colher mais informações, foi enviado em 23 de novembro de 2022 um questionário aos 27 museus vinculados ao Ibram, com prazo de resposta até 05 de dezembro de 2022.

Quadro 7 - Perguntas que compuseram o questionário

1	Qual museu você é vinculada (o)?
2	Os projetos que estão discriminados no plano museológico em vigência estão sendo executados?
2.1	Se não, por quê?
3	O Museu está executando algum projeto que não esteja discriminado no plano museológico em vigência?
3.1	Se sim, qual?
4	Como você acha que a nova definição de museu adotada pelo Icom, que traz a necessidade de os museus fomentarem a sustentabilidade, irá impactar nas atividades do Museu?
5	O Museu tem conhecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade?
5.1	Se sim, já houve a intenção de aderir ao programa?
6	O Museu já desenvolveu ou recebeu alguma exposição cuja temática tenha se relacionado com a dimensão ambiental da sustentabilidade?
6.1	Se não, o Museu estaria aberto a conceber ou receber uma exposição cuja temática se relacione com a dimensão ambiental da sustentabilidade?
7	O Museu, na execução de suas funções típicas, como pesquisa, comunicação e conservação, tem adotado práticas que possam ser consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental? (por exemplo: substituição de produtos danosos ao meio ambiente por alternativas naturais; utilização de materiais reciclados na impressão de cartilhas disponibilizadas nas exposições; etc.)
7.1	Se sim, quais?
8	Caso queira fornecer alguma informação ou fazer algum comentário sobre o desenvolvimento e/ou implementação de programas Socioambientais no Museu, fique à vontade

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A metodologia adotada para este trabalho foi do tipo mista, quantificando e qualificando informações, por meio da análise comparativo relacional dos planos museológicos e das respostas ao questionário

5. RESULTADOS

Na amostra de museus analisados nessa pesquisa, somente dois museus (7,41% do total) mencionam a dimensão ambiental da sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável em sua missão: o Museu das Bandeiras e o Museu Casa Benjamin Constant.

Quadro 8 - Missão do Museu das Bandeiras e do Museu Casa Benjamin Constant

Museu	Missão
Museu das Bandeiras	O MUBAN tem como missão preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa à ocupação da região Centro-Oeste do Brasil, enfatizando as contribuições dos diversos segmentos étnico-sociais presentes neste processo, visando à universalidade do acesso, à sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental , também contribuindo para o desenvolvimento do país por meio da promoção da inclusão social, da igualdade racial e de gênero, da valorização da diversidade cultural e sexual e do respeito aos direitos e à dignidade humana (grifo nosso)
Museu Casa Benjamin Constant	O Museu Casa de Benjamin Constant tem como missão preservar e divulgar a vida e a obra de seu patrono, estimulando o pensamento crítico sobre a história do Império e da República, nas suas manifestações políticas, sociais e culturais, por meio de seu acervo, de ações educativas, de ações de comunicação, da produção de conhecimento e do uso sustentável do seu Parque, que integra a Área de Preservação Ambiental (APA) de Santa Teresa (grifo nosso)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos planos museológicos dos museus indicados na tabela (2022)

Segundo o guia *Subsídios para elaboração de planos museológicos*, o plano museológico deve dispor de um planejamento conceitual, que “se dá pela definição da **missão, da visão e dos valores** do museu e pela análise do ambiente em que está inserido, subsidiada pelo diagnóstico de seus recursos e de seus públicos (BRASIL, 2016, p. 40, grifo nosso)”. Levando-se isso em consideração, realizou-se uma análise para verificar se a dimensão ambiental da sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável estaria presente em outros itens do planejamento

conceitual além da missão. Essa análise demonstrou que isso ocorreu com 14 museus (51,85% do total)

Quadro 9 - Museus que mencionam a dimensão ambiental da sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável em outros tópicos do planejamento conceitual

Museu	Tópico planejamento conceitual ³³	Texto
Museu Casa Histórica de Alcântara	Valor	Compromisso com o meio ambiente
Museu Casa da Princesa	Valor	Respeito ao meio ambiente.
Museu Casa da Hera	Valor	Vínculo com o patrimônio histórico e natural
Museu Casa Benjamin Constant ³⁴	Valor	Sustentabilidade ambiental
Museu da Inconfidência	Objetivo	Desenvolver eventos e programas educativo-culturais para fomentar a inclusão social, a universalidade de acesso, a valorização da diversidade cultural e a preservação do patrimônio cultural e ambiental.
Museu da República	Valor	Sustentabilidade Integral Valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental
Museu de Arqueologia de Itaipu	Valor	Cooperação e integração entre agentes socioambientais e culturais do território Compromisso socioambiental
Museu de Arte Sacra de Paraty	Valor	Compromisso com o meio ambiente
Museu de Arte Religiosa de Cabo Frio	Objetivo específico	Pesquisar e formular ações de cunho socioambiental que contribuam para uma gestão sustentável do museu
Museu do Ouro		Abrir novas frentes de aproximação e diálogo

³³ Embora o guia publicado pelo Ibram não inclua *objetivo* como parte do planejamento conceitual, muitos museus o mencionam, motivo pelo qual ele e sua variação *objetivo específico* foram incluídos na elaboração do Quadro 9

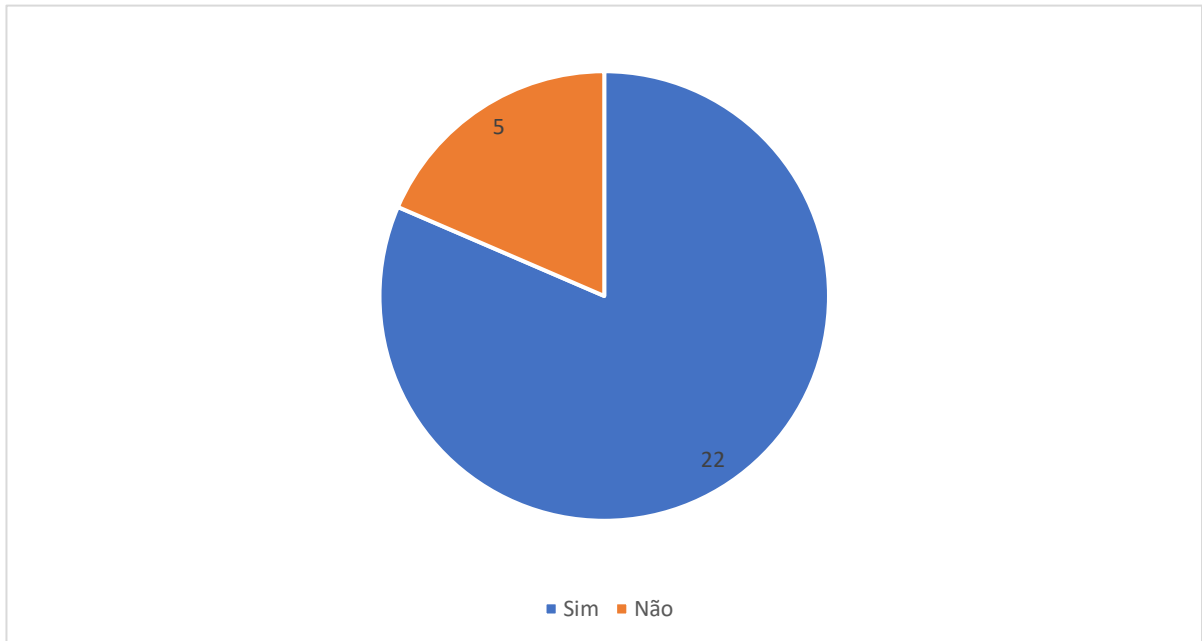
³⁴Foi o único museu que fez menção à dimensão ambiental da sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável tanto na missão quanto em outro tópico do planejamento conceitual.

	Objetivo estratégico	do MDO com a sociedade, tornando-o referência em ações de preservação da memória e meio ambiente
Museu Forte Defensor Perpétuo	Visão	Zelar pela preservação do meio-ambiente e das comunidades tradicionais.
	Objetivo Estratégico	Realizar convênios com universidades públicas incluindo cursos das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Ambientais para fins realização de pesquisas, palestras, estágios e atividade de extensão
Museu Imperial	Valor	Comprometer-se com a preservação dos patrimônios cultural e natural administrados pelo Museu Imperial
Museu Regional de São João del-Rei	Valor	Sustentabilidade socioambiental;
Museu Regional de Caeté	Valor	Responsabilidade social e ambiental

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Em relação à existência do programa Socioambiental no conteúdo do plano museológico, como assim estabelece o Decreto nº 8.124/2013, constatou-se que 22 museus atendem à legislação (81,48% do total).

Gráfico 1 - Existência do programa Socioambiental no conteúdo do plano museológico



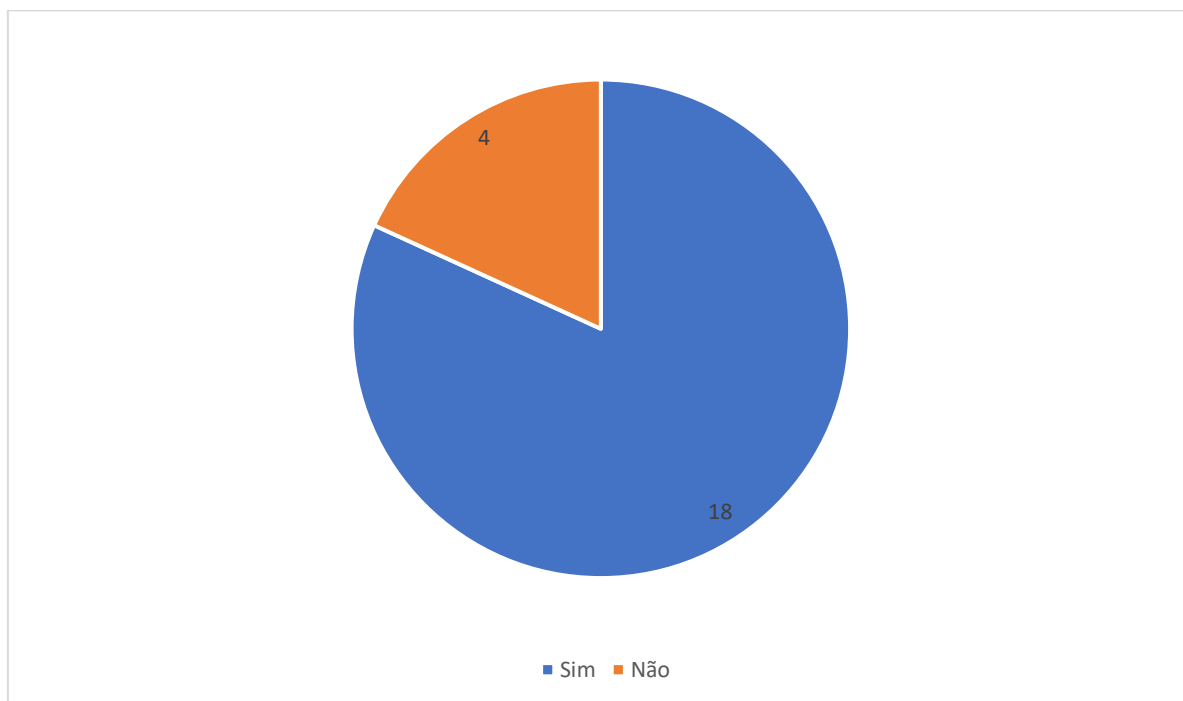
Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Os museus que não trazem programa Socioambiental no conteúdo de seus planos museológicos são: Museu Casa Histórica de Alcântara³⁵, Museu Víctor Meirelles, Museu de Arte Sacra de Paraty, Museu Forte Defensor Perpétuo e Museu Villa-Lobos.

Dentre os 22 museus que possuem programa Socioambiental no conteúdo de seus planos museológicos, 18 discriminaram as ações e/ou projetos em andamento no momento da elaboração do plano museológico, o que representa 86% do total.

³⁵ No plano museológico do Museu Casa Histórica de Alcântara há o item *Programa Educativo, Cultural, Ambiental*. Para fins dessa pesquisa, não foi considerado como programa Socioambiental pois a legislação determina que haja um item específico para cada programa.

Gráfico 2 - Museus que informaram ações e/ou projetos em andamento



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Os quatro museus que possuem programa Socioambiental, mas não informaram ações e/ou projetos em andamento no momento da elaboração do plano museológico são: Museu da República³⁶, Museu do Diamante, Museu Histórico Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes.

Foram identificadas 48 ações e/ou projetos citados pelos 18 museus como em andamento no período em que o plano museológico foi elaborado. As grandes áreas das ações e/ou projetos informados, bem como o número de vezes em que foram citados pelos museus em seus respectivos planos museológicos estão discriminados no quadro abaixo.

Quadro 10 - Ações e/ou projetos executados no período da elaboração dos planos museológicos.

Grande área	Ação e/ou projeto realizado atualmente	Nº de vezes citados
Aquisição de bens e contratação de serviços	Aquisição de materiais e serviços observando critérios de sustentabilidade	2

³⁶ O Museu da República informou apenas que o programa Socioambiental está em funcionamento, mas não indicou quais as ações e/ou projetos estavam sendo executados.

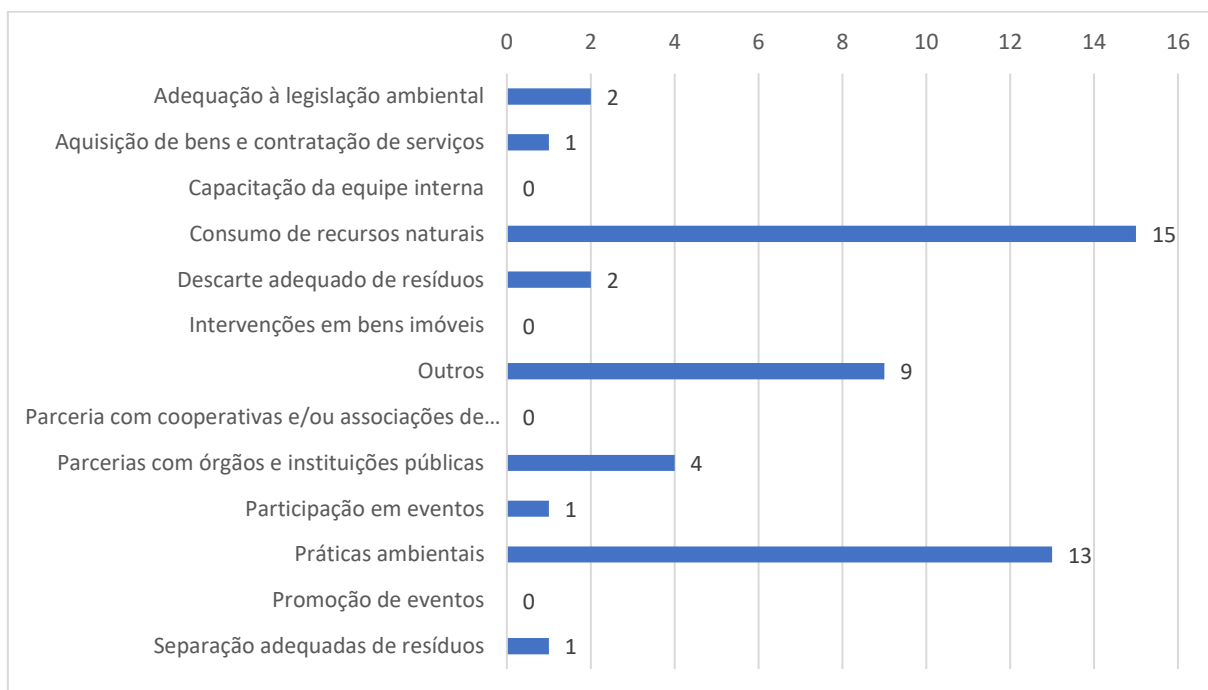
Consumo de recursos naturais	Abastecimento de caixas d'água com bombas que não utilizam energia elétrica	1
	Aproveitamento da água do reservatório de combate a incêndio	1
	Banheiros equipados com torneiras com temporizadores	1
	Coleta e utilização de água da chuva	1
	Controle do consumo de recursos naturais (água e energia)	1
	Equipamentos ecologicamente corretos	1
	Estímulo ao consumo consciente de recursos naturais (água e energia)	7
	Fonte de água própria	1
	Sensor de luminosidade para as lâmpadas da área externa	1
	Sensores de presença nas salas de exposição	1
	Utilização de ar-condicionado com opção inverter	1
	Utilização de lâmpadas econômicas	3
	Utilização de lâmpadas fluorescentes	1
	Utilização de lâmpadas LED	5
	Utilização, sempre que possível, de iluminação e ventilação natural	1
Descarte adequado de resíduos	Descarte adequado de lâmpadas, pilhas e baterias e/ou substâncias químicas	2
	Destinação de resíduos não reaproveitáveis para ecoponto	1
Outros	Ações de conscientização para o público interno e/ou externo	2
	Ações educativas	2
	Ações pontuais com ONGs e/ou movimentos sociais	2
	Desenvolvimento de jogos com temática ambiental	1
	Elaboração e distribuição de cartilhas educativas	1
	Horta Coletiva	2
	Participação em Conselhos locais relacionado à temática ambiental	1
	Realização de pesquisas	1
	Realização de atividades educativas e/ou culturais	2
Parcerias com órgãos e instituições públicas	Ações pontuais com escolas municipais	1
	Ações pontuais com instituições públicas	1
	Parceria com ONGs e movimentos sociais	1
	Parceria com instituições e/ou órgãos públicos	3

Participação em eventos	Participação em eventos	2
Práticas ambientais	Bicicletário	1
	Controle do consumo de plástico	1
	Estímulo ao consumo consciente de materiais sólidos (papel, plástico)	7
	Estímulo ao uso de copos de vidro	3
	Impressão padrão em frente e verso e/ou em preto e branco	4
	Realização de compostagem / minhocário / permacultura	5
	Reaproveitamento de folhas impressas / papel para rascunho, bloco de notas etc.	6
	Reaproveitamento de materiais de embalagem (papelão, plástico bolha)	1
	Reaproveitamento de materiais de pequenas reformas e exposições	2
	Reutilização de cartuchos de tinta	1
	Utilização de copos de vidro	2
	Utilização de produtos ambientalmente corretos para controle de pragas e vetores	2
	Utilização de repelentes naturais	1
Utilização de sacolas de papel	1	
Utilização de talheres de metal	1	
Separação adequada de resíduos	Separação adequada do lixo	9

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A distribuição dessas 48 ações e/ou projetos conforme as grandes áreas definidas por esta pesquisa está representada no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Ações e/ou projetos Socioambientais realizados no momento da elaboração do plano museológico, distribuídos por grandes áreas



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Dentre os 22 museus que possuem programa Socioambiental no conteúdo de seus planos museológicos, 21 (95% do total) apresentaram ações e/ou projetos planejados para serem executados para o período de vigência do plano museológico. Somente o Museu Imperial não apresentou projetos e/ou ações.

Foram identificadas 40 ações e/ou projetos planejados pelos 21 museus para serem elaborados ao longo do período de vigência do plano museológico. As grandes áreas das ações e/ou projetos informados, bem como o número de vezes em que foram citados pelos museus em seus respectivos planos museológicos estão discriminados no quadro abaixo.

Quadro 11 - Ações e/ou projetos Socioambientais planejados para serem ao longo do período de vigência do plano museológico

Grande área	Ação e/ou projeto realizado atualmente	Nº de vezes citados
Adequação à legislação ambiental	Adequação / requalificação de áreas verdes / manejo de plantas	7
	Adequação à legislação ambiental	2

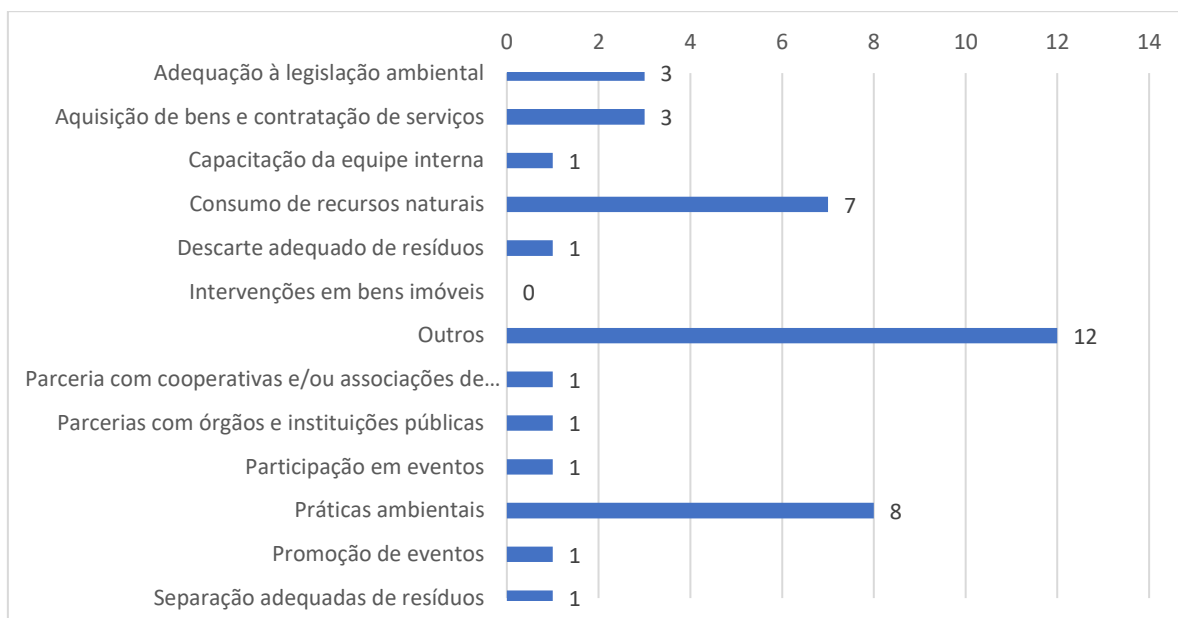
	Instituição e/ou revisão de Comissão Interna sobre o tema	2
Aquisição de bens e contratação de serviços	Aquisição de bens e serviços com baixo impacto ambiental	1
	Contratar serviços de reparação/manutenção estrutural (ex.: hidráulico)	2
	Contratação de serviço de desinfestação de pragas	1
Capacitação de equipe interna	Capacitação / treinamento da equipe interna	3
Consumo de recursos naturais	Adoção de práticas que visem o consumo consciente de recursos naturais (água e energia)	4
	Elaboração de projeto e/ou estudo de viabilidade para instalação de sistema de captação de água da chuva e/ou outras fontes (Ex.: desumidificadores)	3
	Elaboração de projeto e/ou estudo de viabilidade para instalação sistema de captação de energia solar fotovoltaica	3
	Elaboração de projeto e/ou Modernização do sistema de iluminação	2
	Instalação de iluminação com sensor de presença nos banheiros	1
	Instalação de torneiras com temporizadores nos banheiros	1
	Instalação de válvula de descarga com controle de água	1
Descarte adequado de resíduos	Destinação adequada de lixo eletrônico	1
Outros	Adesão e Implementação do programa A3P	1
	Adoção práticas de consumo consciente de materiais sólidos (papel, plástico)	2
	Atividades educativas	2
	Captar recursos para desenvolver projeto e instalar captação de energia solar	1
	Comercialização de húmus, mudas e sementes	1
	Criação de espaço para manejo de resíduos sólidos e úmidos	1
	Desenvolvimento/ continuidade de ações educativas	4
	Desenvolvimento/ continuidade de ações de conscientização para o público interno e/ou externo	14
	Elaboração e publicação de cartilhas educativas	2
Estabelecimento de parcerias com ONGs e/ou	1	

	movimentos sociais	
	Estabelecimento parceria com a iniciativa privada / indústria	3
	Montagem de viveiro de plantas	2
Parceria com cooperativas e/ou associações de reciclagem	Estabelecimento de parcerias com cooperativas e/ou associações de reciclagem e/ou catadores	6
Parcerias com órgãos e instituições públicas	Estabelecimento de parcerias com instituições e/ou órgãos públicos	4
Participação em eventos	Participação em eventos	3
Práticas ambientais	Continuidade e aperfeiçoamento de boas práticas já existentes	7
	Impressão de catálogo e folders em papel com certificação FSC	1
	Impressão frente e verso	1
	Instalação de secadores de mãos nos banheiros	1
	Reaproveitamento de folhas impressas / papel para rascunho, bloco de notas etc.	1
	Redução da emissão de documentos impressos	1
	Substituição de copos descartáveis por xícaras e copos de vidro	1
	Utilização de papel reciclado para impressão	1
Promoção de eventos	Promoção de eventos	3
Separação adequada de resíduos	Implementar a coleta seletiva	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A distribuição dessas 40 ações e/ou projetos conforme as grandes áreas definidas por esta pesquisa está detalhada no gráfico abaixo.

Gráfico 4 - Ações e/ou projetos Socioambientais planejados para serem executados ao longo do período de vigência do plano museológico, distribuídos por grandes áreas



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Sobre as dificuldades citadas pelos museus para a implantação e/ou implementação dos programas Socioambientais, 19 museus não informaram dificuldades enfrentadas (70,37% do total). Os oito museus que relataram essas dificuldades foram: Museu da Abolição; Museu Casa da Princesa; Museu das Bandeiras; Museu da Inconfidência; Museu de Arqueologia de Itaipu; Museu Imperial. Museu Lasar Segall; e Museu Regional de Caeté. As dificuldades citadas e o número de vezes em que aparecem nos planos museológicos analisados estão discriminados no quadro abaixo:

Quadro 12 - Dificuldades informadas para a implantação e/ou implementação do programa Socioambiental

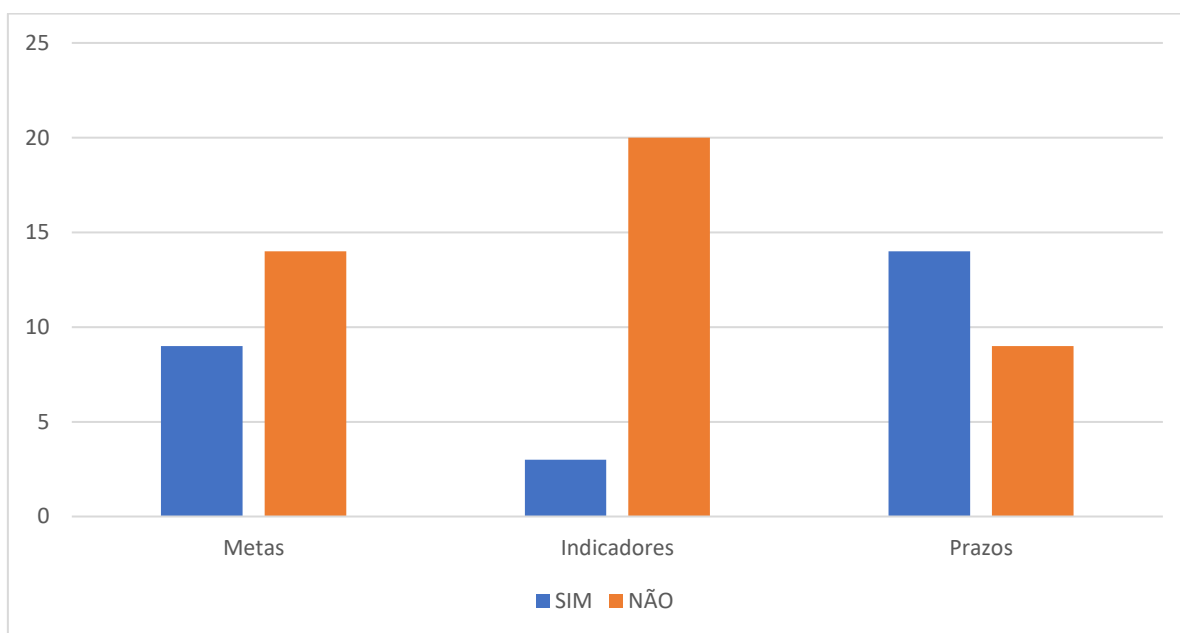
Dificuldades relatadas	Número de vezes citados nos planos museológicos
Ausência de coleta seletiva pelo serviço de coleta de lixo local	4
Ausência de cooperativa de reciclagem local	2
Dificuldade de conscientizar o público interno e externo	1
Falta de condições estruturais	1
Falta de condições financeiras	1
Falta de manutenção na rede elétrica	1

Falta de manutenção da rede hidráulica	1
Falta de servidores capacitados	2
Número reduzido de servidores	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

O artigo nº 47 do Estatuto dos Museus estabelece que os projetos devem ter cronograma de execução, explicitação da metodologia adotada, descrição das ações planejadas e um sistema de avaliação permanente. Para esta pesquisa, considerou-se como sistema de avaliação permanente, como citado pela legislação, a presença de metas e indicadores de desempenho. Dito isso, realizou-se uma análise sobre a presença ou ausência desses itens nas ações e/ou projetos que compõe os programas Socioambientais.

Gráfico 5 - Existência de sistema de avaliação em projetos dos programas Socioambientais

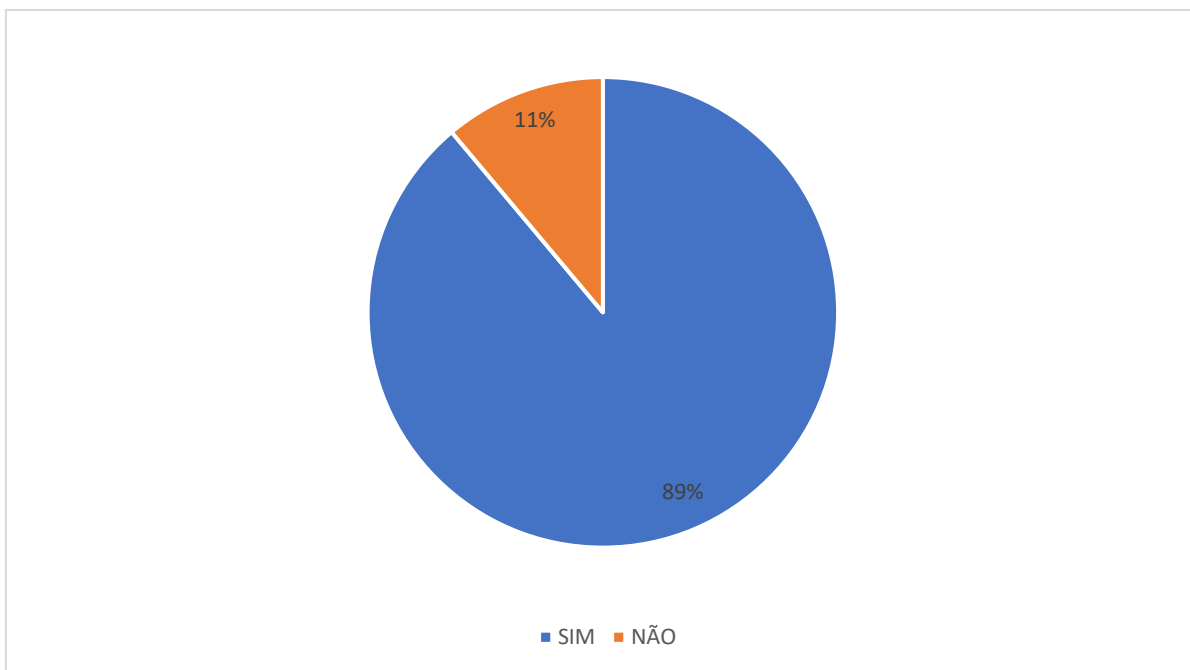


Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Em relação ao questionário enviada aos 27 museus vinculados ao Ibram, nove deles responderam: Museu Imperial (RJ), Museu Histórico Nacional (RJ), Museu do Ouro (MG), Museu do Diamante (MG), Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio (RJ), Museu da República (RJ), Museu Regional de São João del-Rei (MG), Museu Regional do Caeté (MG), e Museu Regional Casa dos Ottoni (MG).

Os gráficos 6 e 7 representam as respostas às perguntas acerca da execução dos programas Socioambientais:

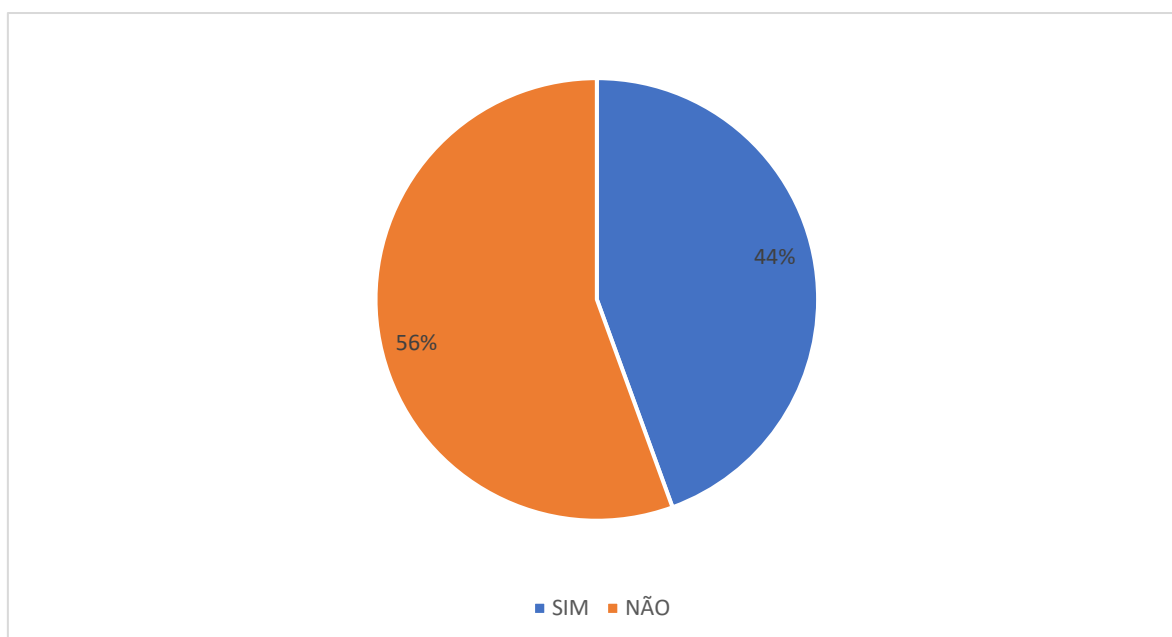
Gráfico 6 - Os projetos que estão discriminados no plano museológico em vigência estão sendo executados?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

O único museu que respondeu negativamente foi o Museu do Ouro, que afirmou que os projetos estão sendo executados parcialmente, visto que a sede do museu está interditada, o que levou a equipe do museu a trabalhar em um local provisório.

Gráfico 7 - O museu está executando algum projeto que não esteja discriminado no plano museológico em vigência?



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Os museus que responderam positivamente à pergunta do gráfico 7 e os respectivos projetos estão discriminados no quadro abaixo³⁷

Quadro 13 - Projetos executados atualmente não previstos no plano museológico vigente

Museu	Resposta
Museu Regional Casa dos Ottoni	Projeto Flor e Cultura
Museu do Diamante	Projetos para ampliação e restauro
Museu Imperial	Aprimoramento das ações de boas práticas na rotina de trabalho.
Museu da República	Concertação com o ecossistema web 3.0

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Em relação à pergunta *como você acha que a nova definição de museu adotada pelo Icom, que traz a necessidade de os museus fomentarem a sustentabilidade, irá impactar nas atividades do museu?*, as instituições participantes da pesquisa se disseram otimistas. Alguns museus afirmaram que os trabalhos realizados já estão em sintonia com a nova definição, como é o caso do Museu

³⁷ As respostas sugerem que os museus incluíram a execução de todos os programas do plano museológico, não somente o programa Socioambiental, como era o objetivo da pergunta.

Regional de São João del-Rei, Museu Regional Casa dos Ottoni, Museu do Diamante e o Museu Regional do Caeté. Todavia, algumas ponderações foram feitas: o Museu Histórico Nacional ressaltou que a definição é um norte para as instituições museológicas, mas que cabe a cada museu elaborar e incluir a questão da sustentabilidade em sua missão; o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio e o Museu Imperial destacaram que as dificuldades enfrentadas pelos museus, como a falta de profissionais, podem dificultar o cumprimento das atividades determinadas pelo Icom.

As respostas às perguntas sobre conhecimento e adesão à A3P foram em sua maioria positivas e estão consolidadas no quadro abaixo.

Quadro 14 - Respostas referentes à A3P

Museu	O Museu tem conhecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?	Se sim, já houve a intenção de aderir ao programa?
Museu da República	Sim	Sim
Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio	Não	N/A
Museu do Diamante	Sim	Sim
Museu do Ouro	Sim	Sim
Museu Histórico Nacional	Sim	Sim
Museu Imperial	Sim	Sim
Museu Regional Casa dos Ottoni.	Sim	Sim
Museu Regional do Caeté	Não	N/A
Museu Regional de São João del-Rei	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Já as respostas sobre o desenvolvimento de exposições de temática ambiental estão pormenorizadas abaixo.

Quadro 15 - Respostas referentes a exposições com temáticas relacionadas à dimensão ambiental da sustentabilidade

Museu	O museu já desenvolveu ou recebeu alguma exposição cuja temática tenha se relacionado com a dimensão ambiental da sustentabilidade?	Se não, o Museu estaria aberto a conceber ou receber uma exposição cuja temática se relacione com a dimensão ambiental da sustentabilidade?
Museu da República	Sim	N/A
Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio	Não	Sim
Museu do Diamante	Sim	N/A
Museu do Ouro	Sim	N/A
Museu Histórico Nacional	Não	Sim
Museu Imperial	Não	Sim
Museu Regional Casa dos Ottoni	Sim	N/A
Museu Regional do Caeté	Não	Sim
Museu Regional de São João del-Rei	Sim	N/A

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

As respostas sobre a incorporação de práticas sustentáveis nas atividades típicas dos museus foram em sua maioria positivas e estão discriminadas no quadro abaixo.

Quadro 16 - O museu, na execução de suas funções típicas, como pesquisa, comunicação e conservação, tem adotado práticas que possam ser consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental?

Museu	Resposta
Museu da República	Sim
Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio	Sim
Museu do Diamante	Sim
Museu do Ouro	Sim
Museu Histórico Nacional	Sim
Museu Imperial	Sim

Museu Regional Casa dos Ottoni.	Não
Museu Regional do Caeté	Sim
Museu Regional de São João del-Rei	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Os que responderam *sim* informaram as seguintes ações:

Quadro 17 - Ações informadas pelos museus

Museu	Ações informadas
Museu da República	Substituição das lâmpadas-vela incandescentes dos lustres do Palácio do Catete (738) de 25W por lâmpadas-vela LED (3W), resultando em uma economia de 15,5 KW por hora, o que significa em valores atuais, estando 100 KW a R\$ 7,02, uma economia de R\$1,081 por hora.
Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio	Utilização de produtos naturais/alternativos nas oficinas de pintura e utilização dos meios digitais para comunicação para evitar o desperdício de papel.
Museu do Diamante	Distribuição de mudas. Parceria com o setor de Permacultura da UFVJM, com o instituto Biotrópicos. Oficinas com materiais recicláveis. Além de observar todos os critérios de sustentabilidade em suas contratações.
Museu do Ouro	Evitamos uso de copos plásticos.
Museu Histórico Nacional	Utilização de materiais reciclados na impressão de cartilhas disponibilizadas nas exposições; utilização de publicações em meio digital; realização de exposições e seminários digitais; utilização de iluminação com maior eficiência energética nas exposições
Museu Imperial	Ações pontuais estão sendo implementadas, tais como: Substituição de equipamentos e utensílios, seleção de lixo, descarte de materiais danosos e consumo consciente de recursos naturais.
Museu Regional do Caeté	Uso de temporizador nas torneiras; diminuição de impressões em papel e uso de verso de folhas para anotações ou impressões necessárias não finais; projeto de instalação de sensores em banheiros para detectar presença e iluminação; uso de lâmpadas no interior do prédio somente quando necessário; uso de lâmpadas de led, de baixo consumo;

	busca de novas formas para regar o jardim e economizar água.
Museu Regional de São João del-Rei	Utilização de canecas e copos pela equipe do museu, ao invés de descartáveis.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Alguns museus utilizaram o campo de escrita livre para fornecerem mais informações.

Quadro 18 - Informações adicionais fornecidas pelos museus

Museu	Informação fornecida
Museu da República	Pioneirismo na elaboração dos programas Socioambientais
Museu Casa dos Ottoni	Relação do programa Socioambiental com missão, à visão e aos valores do museu e se relacionam a outros programas do plano museológico
Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio	Uma assessoria no tema seria bem-vinda.
Museu Imperial	Inexistência de programa Socioambiental formal devido à falta de profissionais. No plano museológico 2023 – 2027 constará a criação de núcleo de educação socioambiental
Museu de São João del-Rei	Os projetos previstos não foram implementados por falta de infraestrutura e burocracia
Museu Regional do Caeté	A falta de recursos financeiros e de profissionais são obstáculos para os museus federais. Há expectativa de melhoras em 2023

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

6. DISCUSSÃO

A pesquisa indicou uma falta de padronização no conteúdo dos programas Socioambientais dos museus vinculados ao Ibram. Como a legislação não define o que são projetos e programas, o que é inclusive observado pelo Ibram no guia *Subsídios para elaboração de planos museológicos* (o Estatuto dos Museus traz uma série de requisitos para os projetos elaborados no âmbito do plano museológico, porém não esgota o tema e tampouco se preocupa em conceituá-lo, deixando margem para diferentes interpretações), cada museu descreve o conteúdo conforme seu entendimento a partir de suas especificidades. Esse quadro apresenta por um lado um ponto positivo, no sentido que permite a flexibilidade para que cada museu desenvolva o plano museológico conforme suas particularidades, mas por outro resulta em redações muito diferentes uma da outra, dificultando o estudo e análise relacional do universo de museus federais.

Em relação às missões, embora poucos museus façam menção à dimensão ambiental da sustentabilidade, ou mesmo à sustentabilidade como um todo, um número maior a menciona nos outros itens do planejamento conceitual, como visão, valores e objetivos. Apesar disso, percebe-se que não houve um desdobramento na forma de programas Socioambientais mais robustos. Um exemplo bem claro é o caso dos museus Casa Histórica de Alcântara (MA), Forte Defensor Perpétuo (RJ) e de Arte Sacra de Paraty (RJ), que apesar de apresentarem preocupação com questões ambientais no planejamento conceitual, não possuem programa Socioambiental no conteúdo do plano museológico. Esse quadro sugere que falta um entendimento mais claro da organicidade do plano museológico, e que os programas e projetos devem refletir o diagnóstico institucional das instituições.

Ainda sobre o planejamento conceitual, é necessário fazer uma relação com o programa de exposições. Segundo o Ibram, “as exposições em um museu, tanto sob o ponto de vista conceitual quanto das técnicas aplicadas para sua realização, decorrem diretamente do conjunto de valores, visão e missão estabelecidos pela instituição” (BRASIL, 2016, p. 60). A autarquia ressalta que as exposições de longa duração devem necessariamente contemplar o conteúdo da missão institucional do museu, ao passo que as de curta duração podem ser concebidas por terceiros, devendo dialogar com os demais itens do planejamento conceitual. Não foram encontrados nos planos museológicos analisados projetos de exposições que

versem, de forma explícita, sobre a dimensão ambiental da sustentabilidade, ainda que o termo apareça nos itens do planejamento conceitual de certos museus.

A quantidade considerável de museus que não apresentam programa Socioambiental nos planos museológicos é algo que chama a atenção, ainda mais levando-se em conta que a legislação que determina essa obrigatoriedade foi publicada em 2013, com entrada em vigor imediata. Esse quadro mostra que os museus carecem de um acompanhamento e uma orientação mais próxima por parte do Ibram, e que a edição e publicação do guia *Subsídios para a elaboração de planos museológicos* não seja suficiente para fornecer os insumos necessários para a construção do plano museológico conforme os parâmetros estabelecidos pela legislação brasileira. Uma estratégia para preencher essa lacuna são as oficinas realizadas em eventos, mas o último Fórum Nacional de Museus, encontros nos quais sempre houve uma programação direcionada para o plano museológico, como descrito no Quadro 2, ocorreu em 2017, e o curso disponibilizado na plataforma da Enap sobre elaboração do plano museológico estava com as inscrições encerradas durante a elaboração desse trabalho.

Um dado importante trazido à tona pelo estudo é que somente a existência de um item intitulado *programa Socioambiental* não significa que o conteúdo esteja organizado de forma a fornecer informações sobre o que espera de um instrumento de planejamento estratégico, uma vez que quatro museus não detalharam as ações realizadas atualmente, dados que são essenciais para a realização do diagnóstico atual da instituição, etapa que deve ser seguida, conforme o guia publicado pelo Ibram.

Ao consolidar os dados referentes às ações desenvolvidas atualmente e previstas para o período do plano museológico, a diversidade de termos utilizados mostrou-se o maior desafio dessa pesquisa, que pretendeu realizar um estudo relacional. A solução encontrada, como relatado no item 5 – *Resultados*, foi criar uma metodologia que permitisse minimamente agregar a pluralidade de nomenclaturas utilizadas pelos museus. Outra dificuldade foi a adoção de termos genéricos, como *estímulo*, *sensibilização*, *controle de uso*, e *lâmpadas econômicas*. Essas palavras, utilizadas sem mais dados que definam o contexto em que são utilizadas adequadamente, dificultam uma interpretação objetiva da situação, assim como o estabelecimento de indicadores e o monitoramento das ações.

Posto esse panorama, a pesquisa mostrou que a grande área que concentra a maior parte de ações e/ou projetos relatados pelos museus federais como em execução no período de elaboração de seus planos museológicos é *Consumo de recursos naturais*, com 15 ações e/ou projetos distintos identificados. Já a ação/projeto mais citado pelos museus federais, ou seja, que apareceu mais vezes na análise dos programas Socioambientais, é *separação adequada do lixo*, citado em nove planos museológicos. Já em relação às ações e/ou projetos planejados para serem realizados ao longo da vigência dos respectivos planos museológicos, a grande área *Outros* foi a que concentrou mais ações e/ou projetos identificados (12). A ação e/ou projeto mais citado pelos museus federais, ou seja, que apareceu mais vezes na análise dos programas Socioambientais, é *desenvolvimento/continuidade de ações de conscientização para o público interno e/ou externo*, citado em 14 planos museológicos.

No âmbito do grande grupo *Consumo de recursos naturais*, percebeu-se que nenhum museu federal conta com captação de energia elétrica de fontes consideradas limpas. Já para as ações e/ou projetos planejados para o período de vigência dos planos museológicos, identificou-se que somente três museus (Museu Histórico Nacional, Museu da Inconfidência e Museu Solar Monjardim) incluíram a ação *elaboração de projeto e/ou estudo de viabilidade para instalação sistema de captação de energia solar fotovoltaica*. Segundo Mendes (2012, p.78), “energias renováveis são todas as formas de energia cuja utilização é inferior à sua renovação sem que o ambiente se deteriore com a exploração mais ou menos intensiva”. O autor afirma ainda que, considerando as características dos equipamentos museais, as fontes de captação de energia limpa mais apropriadas são a geotérmica de superfície e a solar térmica. Conclui-se, portanto, que a substituição de energia elétrica convencional por fontes ambientalmente menos danosas é uma ação ainda pouco considerada pelos museus federais.

Acerca da grande área *Aquisição de bens e contratação de serviços*, é necessário fazer uma ponderação. Os museus federais vinculados ao Ibram pertencem à Administração Pública Federal, devendo, portanto, seguir regras estabelecidas pela Lei nº 8.666 (que em breve será revogada, e será substituída pela Lei nº 14.133, publicada em 2021) e legislação correlata para a realização de compras e contratações de serviços, normas que determinam a observação de

critérios de sustentabilidade. Por conseguinte, mesmo não fazendo menções diretas acerca desse tema no conteúdo dos programas Socioambientais, todos os museus federais praticam, na aquisição de bens e contratações de serviços, condutas sustentáveis.

Como pode ser observado, poucos museus explicitaram em seus planos museológicos dificuldades para a execução de ações socioambientais. Chama a atenção as dificuldades *ausência de coleta seletiva pelo serviço de coleta de lixo local* e *ausência de cooperativa de reciclagem local*. Dessa forma, mesmo que o museu separe adequadamente o lixo, ele não terá o tratamento final correto, como é o caso do Museu da Abolição. Esse quadro mostra que, mesmo que os museus se proponham a desenvolver determinadas ações, a correta execução esbarra muitas vezes em situações que escapam de sua alçada.

A fragilidade do sistema de avaliação dos projetos que compõem os programas Socioambientais, ou mesmo sua completa ausência, é mais um resultado evidenciado pelo estudo. A maior parte dos museus que apresentam projetos para o período a que se refere o plano museológico não apresentam conjunto de prazo de execução, metas e indicadores de desempenho. A determinação desses índices no plano museológico, além de respeitar a legislação (o Estatuto dos Museus é omissivo quanto ao estabelecimento de metas e indicadores de desempenho, mas determina que os projetos sejam acompanhados de cronograma de execução e de um sistema de avaliação permanente), permite que as equipes dos museus tenham dados suficientes para mensurar e avaliar a eficácia dos projetos realizados. Esses insumos também serão fundamentais para a revisão e elaboração dos planos museológicos seguintes, permitindo aferir os gargalos e as experiências bem-sucedidas.

As perguntas que compuseram o formulário enviado aos 27 museus federais foram construídas com o objetivo de obter informações que não puderam ser obtidas a partir dos planos museológicos analisados. Ainda que parte das perguntas tenham sido elaboradas no formato de resposta de escolha múltipla (*sim* ou *não*), forma que impossibilita um aprofundamento dos temas, e que a taxa de participação tenha sido de 33%, as respostas proporcionam uma ampliação da análise, visto que refletem a visão do museu nesse momento.

Como explicitado no item 5 – *Resultados*, as respostas às duas primeiras perguntas sugerem que houve uma incompreensão por parte dos museus respondentes de que se tratavam de questões restritas aos programas Socioambientais, o que comprometeu um exame mais aprofundado acerca do tema.

Em relação à A3P, as respostas mostram que ainda há museus que desconhecem o programa, e entre aqueles que dizem conhecê-lo, todos já tiveram a intenção de implementá-lo. Pela forma como o formulário foi elaborado, não há como saber se o programa chegou a ser implementado pelos museus que responderam afirmativamente à segunda pergunta, mas os dados obtidos mostram que há espaço para ampliação do programa junto aos museus vinculados ao Ibram, seja divulgando, seja prestando auxílio para que as instituições efetivem a adesão.

As respostas positivas para a pergunta que tratava sobre a realização de exposições cuja temática se relacionam com a dimensão ambiental da sustentabilidade foram ligeiramente superiores às negativas. Por outro lado, os museus que responderam negativamente a esta pergunta afirmaram estarem abertos a conceber ou receber exposições que abordem esse tema. Vislumbra-se, portanto, uma oportunidade para que essa temática seja incorporada ao programa de exposições dos museus. Todavia, para que essa intenção possa se transformar em resultados concretos, é necessário que o planejamento conceitual dos museus seja revisado e que a dimensão ambiental da sustentabilidade (ou outras formas de se direcionar ao tema) seja considerada na missão, visão, valores ou objetivos da instituição.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado ao longo deste trabalho, a preocupação com os impactos decorrentes das atividades humanas sobre o meio ambiente não é uma novidade recente. A percepção de que o delicado equilíbrio ambiental do planeta estava sendo rompido e que a forma como a humanidade estava vivendo há aproximadamente dois séculos precisava ser repensada começou a fazer parte das discussões globais na década de 1970, e nunca mais saiu de pauta.

Nos últimos anos, a ocorrência cada vez mais frequente de fenômenos climáticos extremos como furacões, ondas de calor, ondas de frio e tempestades tem sido interpretada como sinal de que as mudanças climáticas já são uma realidade, fato amplamente comprovado por estudiosos e instituições intergovernamentais, sendo uma das mais respeitadas o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), criado em 1988 pelo Pnuma e pela Organização Meteorológica Mundial (WMO). Ainda que haja uma corrente minoritária negacionista, a sociedade tem exigido de governos, empresas e instituições ações concretas que busquem a interrupção de atividades danosas ao meio ambiente e a implementação de ações que mitiguem os impactos da desregulação climática.

Os museus, na condição singular de guardiões do patrimônio cultural da humanidade e de instituições que podem - e devem - incitar seus públicos a reflexões, possuem um papel crucial no movimento em prol da preservação ambiental do planeta. Um sutil sinal de que se espera uma ação mais pró ativa dos museus frente à crise climática são as manifestações de ativistas ambientais em museus europeus e estadunidenses que ocorreram em 2022. Esses protestos levaram o Icom a divulgar, em novembro de 2022, um manifesto no qual ao mesmo tempo que se mostra preocupado com a integridade das obras abrigadas nos museus, enfatiza a importância dessas instituições na luta contra as mudanças climáticas, e que “deseja que os museus sejam considerados como aliados na luta contra a ameaça comum das mudanças climáticas”³⁸ (STATEMENT..., 2022, tradução nossa)

³⁸ No original: souhaite que les musées soient considérés comme des alliés face à la menace commune du changement climatique.

A posição do Icom em não condenar os protestos vai ao encontro de atitudes tomadas pela entidade nos últimos anos. Além das ações descritas nesse trabalho, no mês de novembro de 2022 foi anunciado que o tema da edição de dezembro de 2023 da publicação *Museum International* será museus, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, a qual pretende reunir artigos que demonstrem como os museus mundo afora estão contribuindo para a transformação do planeta em um ambiente sustentável. Já em dezembro de 2022 foi anunciado que o tema do Dia Internacional dos Museus, comemorado em 18 de maio, será *Museus, sustentabilidade e bem-estar*³⁹ (tradução nossa).

No tocante à pesquisa realizada no âmbito deste TCC, os resultados da análise dos programas Socioambientais sugerem que os museus federais brasileiros estão aquém de seus potenciais. Apesar de ter sido evidenciado que a maior parte deles executam ações importantes como separação do lixo, destinação adequada dos resíduos e economia de recursos naturais, para enfrentar os impactos das mudanças climáticas e colaborar na mudança de comportamento é necessário mais. É preciso que os museus incorporem a responsabilidade climática em toda a cadeia operacional dessas instituições, e para isso, é imprescindível a existência de ferramentas de planejamento e gestão bem-organizadas.

O plano museológico é o mais importante instrumento de planejamento estratégico para os museus brasileiros, e no contexto dos museus federais, é necessário que o Ibram trabalhe de forma contínua prestando assessoria técnica para que ele seja elaborado da forma mais completa e correta possível, de forma a respeitar as regras contidas na legislação e para que ele funcione, de fato, como um documento orientador para a gestão dos museus para o período a que ele se refere.

Dentre as funções clássicas dos museus – conservar, comunicar e pesquisar - a comunicação, por meio da exposição museológica, é a forma mais ativa de atingir os públicos, ou seja, é a ferramenta mais potente para incitar reflexões. Ainda que a maior parte dos museus que responderam ao questionário tenham afirmado já ter desenvolvido ou ter recebido exposições que abordavam a dimensão ambiental da sustentabilidade, é necessário que os museus priorizem essa temática no planejamento de seus programas de exposições.

³⁹ No original: Museums, Sustainability and well-being.

A análise dos projetos e ações relatados nos planos museológicos mostrou experiências desenvolvidas isoladamente por alguns museus e que poderiam ser replicadas, com o apoio do Ibram, aos demais museus federais, o que colaboraria no aprimoramento ou mesmo na implantação e execução de iniciativas sustentáveis. Outra grande oportunidade para fortalecer os programas Socioambientais dos museus públicos federais é a A3P, relatado por poucos museus em seus planos museológicos. O Ibram poderia firmar uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática para levar a A3P a todos os museus federais. É importante ressaltar que o programa possui um portal no qual são disponibilizadas informações gerais sobre como aderir e oferecido um cursos on-line de implantação e monitoramento, o que facilitaria essa estratégia.

Um ponto que necessita ser destacado são as dificuldades que o setor cultural brasileiro historicamente enfrenta. Descontinuidade de políticas públicas, recursos financeiros insuficientes, cortes orçamentários, reduzido quadro de funcionários e a não realização de concursos públicos de forma regular são realidades com as quais as instituições culturais públicas brasileiras convivem há tempos e que impactam diretamente no planejamento e execução de projetos e ações. A extinção do Ministério da Cultura em 2019 e o sucateamento do Ibram nos últimos anos levaram ao enfraquecimento, ou mesmo o desmantelamento de projetos e programas que vinham sendo desenvolvidos desde 2003. Alternativas para tentar driblar esse sério problema podem ser a busca por parcerias com entidades privadas, instituições ou bancos de desenvolvimento, e a participação de editais de fomento e apoio específico para instituições museais.

A vitória de Luis Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2022 representou uma mudança radical nos rumos do país, sobretudo no que diz respeito às políticas ambientais e culturais. Em propagandas eleitorais, entrevistas e debates, o então candidato ressaltava a necessidade de o Brasil retomar o protagonismo na defesa do meio ambiente e da luta contra as mudanças climáticas. Em discurso proferido na COP 27, realizada em novembro de 2022 em Sharm El Sheik, no Egito, o presidente eleito afirmou que seu governo se comprometeria a enfrentar as mudanças climáticas, esforçando-se para zerar o desmatamento nos biomas brasileiros. Para isso, o presidente prometeu fortalecer os órgãos de fiscalização e os sistemas de monitoramento e punir rigorosamente os infratores (COP27..., 2022).

A escolha de Marina Silva para chefiar novamente o agora Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática trouxe esperança de que as promessas do presidente se tornem realidade.

A recriação do Ministério da Cultura também foi uma notícia muito aguardada e festejada pelo campo cultural. A ministra Margareth Menezes assume com o desafio de reconstruir a política cultural no país, desmontada e enfraquecida na gestão anterior. Até a conclusão desse trabalho ainda não havia sido anunciado quem ocuparia a presidência do Ibram, mas a comunidade museal brasileira se organizou e entregou em dezembro de 2022 uma proposta unificada de ações prioritária para a futura gestão do Ministério da Cultura. Construída com a participação de 27 entidades e grupos que representam profissionais, estudantes e servidores públicos da área, é dividida em três eixos: (1) fortalecimento e reestruturação do Ibram; (2) retomada da Política Nacional de Museus, fortalecimento da articulação setorial e intersetorial, e participação da sociedade civil; (3) financiamento e fomento (PLATAFORMA..., 2022).

O ano de 2023 se inicia com esperança e a expectativa de uma transformação no setor cultural e ambiental brasileiro. Reduzir o desmatamento e preservar os biomas brasileiros é uma ação fundamental para o enfrentamento da crise climática e mitigação dos impactos do já real aquecimento global. Retomar políticas culturais e fortalecer o cenário museal brasileiro é necessário para que os museus tenham condições de atender ao que a sociedade brasileira espera deles e consigam colaborar para uma necessária mudança de comportamento.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, José Célio Silveira; Costa, Paulo. Mudança climática, Protocolo de Kyoto e mercado de créditos de carbono: desafios à governança ambiental global. **Organizações & Sociedade**. Salvador, v. 15, n. 45, p. 29 – 45; abr/jun 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/gD3Zk99h3txdzXZrRmZdcgL/?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2023.

BARRETO, Pedro. Rio-92: mundo desperta para o meio ambiente. **Desafios do desenvolvimento**. [S.l.], ano 7, edição 56, 10 dez. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid. Acesso em: 20 dez. 2022.

BELIANI, Elisama. **Um parque e um vale sob encantos e desencantos: patrimônio, estratégias sócio-políticas e ideal de sustentabilidade**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/elisama_beliani_marcelino.pdf. Acesso em: 21 set. 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2023

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010**. Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, [...], 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm#art1. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; [...], 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.811 de 19 de agosto de 2003**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4811.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.811%2C%20DE%2019%20DE%20AGOSTO%20DE%202003.&text=Aprova%20a%20Estrutura%20Regimental%20e,IPHAN%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 19 out. 2022

BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.** Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 [...], 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm. Acesso em: 22 nov. 2022

BRASIL. **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.** Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. Acesso em: 21 set. 2022

BRASIL. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. **Agenda 21 brasileira: resultado da consulta nacional.** 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/agenda_brasileira_consulta_nacional.pdf. Acesso em: 09 dez. 2012

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos.** [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006.** Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências, 2006. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/portaria_normativa_n_1_de_5_de_julho_de_2006_DOU_d_e_11_07.pdf. Acesso em: 06 dez. 2022

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. **A imaginação museal: os caminhos da democracia:** relatório. Brasília, 2004. Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/Relatorio-1-FNM-20041.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2022

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus.** Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

BROULON, Bruno. A invenção do ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-mines e a prática da museologia experimental. **MANA.** [S.l.], 21(2), p. 267-295, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6h57ScQ68skw5dZVV6fLBxQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2022

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. Desenvolvimento Sustentável: biografia de um conceito. *In:* NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo de Souza (org.). **Economia, Meio Ambiente e Comunicação.** Rio de Janeiro:

Garamond, 2006, p. 54-67. Disponível em: https://www.academia.edu/9157812/Desenvolvimento_Sustentável_biografia_de_um_conceito. Acesso em: 17 nov. 2022.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de Museus, um desafio contemporâneo**: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: Padula, 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COP27: Leia a íntegra do discurso de Lula no Egito. **Yahoo Notícias**. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/cop-27-leia-a-integra-do-discurso-de-lula-no-egito-162610391.html>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. **MAST Colloquia**. Rio de Janeiro, v. 11, p. 26 – 42, 2009. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/956/1/mast_colloquia_11.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

ESPAÑA. Subdirección General de Museos Estatales. Dirección General de Bellas Artes y Bienes Culturales. Ministerio de Cultura. **Criterios para la elaboración del Plan Museológico**, 2005. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/museos/mc/pm/pm/portada.html>. Acesso em: 06 dez. 2022.

ESPAÑA. Subdirección General de Museos Estatales. Ministerio de Cultura y Deporte. **Código de Museos**, 2022. Disponível em: https://www.boe.es/biblioteca_juridica/codigos/abrir_pdf.php?fich=177_Codigo_de_Museos_.pdf. Acesso em: 06 dez. 2022.

FILIPPE, Graça. O poder dos museus: refletindo sobre as missões e a sustentabilidade dos museus, em teoria e na prática. *In*: Encontro Museus e Sustentabilidade financeira, 2011, Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, **ICOM Portugal**. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2fervn9>. Acesso em: 14 de set. de 2022

FRANCO, José Luis de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. **Revista Varia História**. Belo Horizonte, v. 26, p. 77-96, 2002.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia. Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. **Administração de Empresas em Revista**. [S.l.], v. 1, n. 7, p. 65 - 79, dez. 2012. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/466/356>. Acesso em: 20 out. 2022.

IBERMUSEUS. **Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/06/mccs-web-08-06-20.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

ICOM - INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Declaração de Caracas - ICOM, 1992. **Cadernos de Sociomuseologia**. [S. l.], v. 15, n. 15, p. 243 – 265, 1999. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>. Acesso em: 19 set. 2022

ICOM - INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Mesa-Redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, p. 111 – 121, 1999. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335>. Acesso em: 06 dez. 2022.

ICOM - INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Résolutions adoptées par la 34e Assemblée Générale de l'Icom**. Kyoto, 2019. Disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2019/09/Resolutions_2019_FR-1.pdf. Acesso em: 07 dez. 2022

ICOM - INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Final Report**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2022/07/EN_EGA2022_MuseumDefinition_WDoc_Final-2.pdf. Acesso em: 28 out. 2022

ICOM - INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS BRASIL. **[Lançamento da Red List Brasil | Nova Definição de Museu - tradução revisada]**. Destinatários: diversos. [S.l.], 3 fev. 2023, e-mail.

ICOM APROVA nova definição de museu. **International Council of Museums Brasil**. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756>. Acesso em: 19 set. 2022.

ICOM establishes new working group on Sustainability. **International Council of Museums**. [S.l.], 2018. Disponível em: [ICOM establishes new working group on sustainability - International Council of Museums -International Council of Museums](https://www.icom.museum/news/icom-establishes-new-working-group-on-sustainability-international-council-of-museums). Acesso em: 07 dez. 2022.

KASEKER, Davidson. A cultura e os museus como vetores da sustentabilidade. Política paulista de museus e sustentabilidade. *In: Política SP de Museus e Sustentabilidade*. [S. l.: s. n.], 2021 Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/download/32758/>. Acesso em: 19 set. 2022

LORD, Gail Dexter; LORD, Bary. The Manual of Museum Management. Lanham: Altamira Press, 2012. Tradução de: BITTENCOURT-FRANCISCO, J. C. Manual de Gestão de Museus. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 642–656, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/32938>. Acesso em: 19 out. 2022.

MENDES, Manuel Cardoso. Museus como Pioneiros para a Sustentabilidade Ambiental. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 72, 2012.

Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/12656>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MENDES, Manuel Cardoso. Museus e Sustentabilidade. **Revista Museologia e Patrimônio**. [S.l.], v.6, n.2, p.71 – 97, 2013. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/272/238>. Acesso em: 19 set. 2022

MINISTÉRIO do meio ambiente: origem, curiosidades, ministros e muito mais. **Planeta Mac Boot**. Disponível em: <http://planeta.macboot.com.br/ministerio-do-meio-ambiente-origem-curiosidades-ministros-e-muito-mais/>. Acesso em: 09 dez. 2022

MIRANDA, Rose Moreira. **[Mais uma vez... um pedido de ajuda]**. Destinatários: Ana Lúcia Gomes Abreu; Marino José Ferreira Alves. [S.l.], 1 ago. 2022, e-mail.

MONTIBELLER FILLHO. Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. **Textos de Economia**. Florianópolis. v. 4, n. 1, p. 131 – 142. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645/6263>. Acesso em: 06 dez. 2022

MUNIZ, Tiago Silva Alves; SALADINO, Alejandra. Museus e sustentabilidade: reflexões sobre educação museal e emergência climática. **Habitus**. Goiânia, v. 19, n.1, p. 39-59, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/9009/5217>. Acesso em: 11 jan. 2023.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/28425/1/ARTIGO_TrajetoriaSustentabilidadeAmbiental.pdf. Acesso em: 20 out. 2022

NEVES, Kátia Regina Felipini. Primeira parte – Programas Museológicos. **Cadernos de Sociomuseologia**. Portugal: UHLT, v. 21, n. 21, 2003. Disponível em: <https://revistas.ulsofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/381>. Acesso em: 12 jan. 2023.

NOSSO papel no setor. **Ibermuseus**. [S.l.], [2022?]. Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/pt/sobre/nosso-papel-no-setor/>. Acesso em: 05 dez. 2022.

O QUE é? **Portal da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**, [S.l.], [2022?]. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/o-que-e/>. Acesso em: 07 dez. 2022.

Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura – UNESCO. **Convenção para a Proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris: Unesco, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação E Cultura – UNESCO. **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade.** [S.l.]: Unesco, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152>. Acesso em: 19 set. 2022.

Organização das Nações Unidas – ONU. **Adoção do Acordo Paris**, 2015 Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-08/Acordo-de-Paris.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022 19 set. 2022.

Organização das Nações Unidas – ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** [S.l.]: [2017?]. Disponível em: <https://brasil.un.org/index.php/pt-br/sdgs>. Acesso em: 19 set. 2022.

PLATAFORMA unificada para o setor museal brasileiro. **International Council of Museums Brasil.** [S.l.], 2022. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?p=2790>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PORTUGAL. **Lei 47/2004, de 19 de Agosto.** Aprova a Lei Quadro dos museus português, 2004. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/175369/lei-47-2004-de-19-de-agosto>. Acesso em: 06 dez. 2022.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura.** São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, jan. 2019. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011. Acesso em: 22 nov. 2022.

SALERA JUNIOR, Giovani. **Secretaria Especial do Meio Ambiente: um breve histórico.** [S.l.], 2015. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/5334033>. Acesso em 01 dez. 2022

SEYMOUR, Tom. What is a museum? Icom finally decides on a new definition. **The Arts Newspaper,** [S.l.], 24 ago. 2022. Disponível em: <https://www.theartnewspaper.com/2022/08/24/what-is-a-museum-icom-finally-decides-on-a-new-definition>. Acesso em: 17 out. 2022

SOUZA, Maria Cristina; CORAZZA, Rosana Icassatti. Do Protocolo Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente,** Curitiba, v. 42, p. 52-80. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/51298/34446>. Acesso em: 29 nov. 2022.

STATEMENT: Museums and Climate Activism. **International Council of Museums.** [S.l.], 2022. Disponível em: <https://icom.museum/en/news/icom-statement-climate-activism/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

DAVIES, Stuart. **Museologia Roteiros Práticos:** Plano Diretor. Tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001. Disponível em:

<https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/apostilas/533-apostilas-plano-museologico/file>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SURASKY, Javier. Meio ambiente e desenvolvimento: da divergência à confluência. In: MEDINA, Tahina Ojeda; VILLAMAR, María del Carmen Villarreal (ed). **Pensamento Crítico Latino-Americano Sobre Desenvolvimento**. 1ª Edição. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: CLACSO, IUDC – UCM, Faperj, 2021. p. 207 – 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88dd9.16?socuid=c68e7b7d-bfd7-42c2-8388-fde052c30eb5>. Acesso em: 18 nov. 2022.

SUSTENTABILIDADE. In: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos LTDA, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sustentabilidade/>. Acesso em: 15 set. 2022.

SUSTENTÁVEL. In: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. [S.l.]: Editora Melhoramentos LTDA, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sustent%C3%A1vel/>. Acesso em: 15 set. 2022.

THOMAS, Jennifer Ann. O que é efeito estufa? **Um Só Planeta**. [S.l.], Editora Globo S/A., 04 de abril de 2021. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2021/04/04/o-que-e-efeito-estufa.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2023.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 52, n. 8, p. 21-44, jun 2016. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5499>. Acesso em: 15 fev. 2023.